

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JAEI BOHIMANGA MUTOBA

**AS RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: O IMPACTO
SOBRE O FLUXO MIGRATÓRIO DOS CONGOLESES**

PORTO ALEGRE

2023

JAEI BOHIMANGA MUTOBA

**AS RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: O IMPACTO
SOBRE O FLUXO MIGRATÓRIO DOS CONGOLESES**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Bohimanga Mutoba, Jael

As Relações Brasil-República Democrática do Congo:
o impacto sobre o fluxo migratório dos congoleses /
Jael Bohimanga Mutoba. -- 2023.

59 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Imigração. 2. Imigrantes. 3. República
Democrática do Congo. 4. Brasil. I. Danilevicz
Pereira, Analúcia, orient. II. Título.

JAEI BOHIMANGA MUTOBA

**AS RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO: O IMPACTO
SOBRE O FLUXO MIGRATÓRIO DOS CONGOLESES**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de agosto de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Dr.^a. Analúcia Danilevicz Pereira - Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

UFRGS

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro

UFRGS

Dedico à minha família e ao meu noivo pelo apoio e incentivo à minha formação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente pois sem ele eu não estaria aqui, ele me conhece, sabe das minhas necessidades, guia meus passos e cuida de mim desde sempre. Me deu força para concluir esta etapa de minha vida, o começo não foi fácil, mas Deus sempre esteve comigo, nunca me abandonou e permitiu que eu chegasse a esta fase, que passo importante para minha vida, sou sinceramente grato, sinto falta da palavra para expressar minha profunda gratidão, obrigado meu Deus por tudo.

Agradeço a UFRGS, que me proporcionou a experiência de ser aluna, bolsista e intercambista. Além disso, demonstrou ser um espaço para debate e crescimento, fazendo com que eu encerre a minha graduação com aprendizados que levarei não só para a minha profissão como relações internacionais, mas para a vida.

A minha família que mesmo de longe me deu todo o suporte para eu conseguir concluir esse trabalho. Minha família tem sido minha base, minha segurança e meu apoio em toda a vida. Agradeço ao meu pai Pierrot Adamu Bohimanga por ser extremamente amoroso, atencioso, por me mostrar a força do pensamento positivo, e me ensinar a priorizar sempre a minha felicidade. E à minha mãe Marie Therese Ntumba Kamadiangi pelo amor incondicional, por me ensinar a ser forte, determinada e por estar sempre disposta a me oferecer o seu colo. Agradeço por tudo que fizeram por mim em todo esse tempo, pelos ensinamentos que me tornaram quem sou, vocês são parte dessa vitória. Sinto-me grata principalmente por ter pais que apoiam todos os meus sonhos e me oferecem todo suporte para alcançar meus objetivos.

Ao meu noivo, Pascal Beya Ntolo, sou profundamente feliz e agradecida por ter o melhor noivo do mundo que eu tanto amo juntar e fazer parte do cotidiano, por estarem sempre comigo, obrigado meu amor pelo seu apoio, seu amor, você esteve lá por mim, todas as vezes que eu fiquei deprimida, perdi a vontade de continuar, perdi essa vontade de dar o melhor de mim, você sempre esteve lá para acreditar em mim, você ajudou muito em todos os níveis.

Agradeço imensamente meus irmãos Rachel Bohimanga, David Bohimanga, Henock Bohimanga, Kevin Bohimanga, Perle Bohimanga. Agradeço a Deus por ter me dado irmãos e irmãs adoráveis, obrigado por ter estado lá, vocês me apoiaram muito com suas orações, vocês também acreditaram em mim, vocês estavam mais preocupados, ligando várias vezes ao dia, só para saber de mim, eu amo muitos vocês.

Aos meus sobrinhos que amo tanto, Russell, Brayan, Maryssa, Eunice não poderia esquecer de vocês meus amores, agradeço também pelo carinho, pelas orações, sempre estiveram ao meu lado, em nenhum caso ficaram um dia sem me ligar, nos meus aniversários,

sempre foram os primeiros a me desejar, amo vocês meus amores e agradeço a Deus por ter vocês em minha vida, vocês são meus maiores presentes do céu, tenho muita sorte de ter vocês em minha vida.

Agradeço à minha orientadora, professora Analúcia Danilevicz Pereira pela paciência e pelos ensinamentos. pelas preciosas instruções transmitidas para a realização deste trabalho. Agradeço por estar sempre disposta a ouvir meus apontamentos e contribuir de forma construtiva desde a escolha do tema até a conclusão do trabalho.

Agradeço a todos os professores e servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo seu trabalho e dedicação ao criarem e manterem ambientes que proporcionam a minha educação e formação.

Agradeço aos meus amigos Amanda Ferreira, Paulo Bioh, Netly Jean Jacque, Paula Pimenta.

Quero agradecer de forma especial, a todos os imigrantes congoleses que aceitaram participar deste trabalho. Pessoas que me acolheram de forma generosa, que me deram a honra e o privilégio de participar de suas vidas. Compartilhando suas vivências, eles me mostraram a importância dos encontros de solidariedade nos momentos mais críticos e importantes da vida. Minha vida foi transformada após os nossos encontros

Dedico esse trabalho, com amor, aos meus pais, que são a minha base, meu noivo , e meus irmãos que amo tanto.

Ah, quem ousou partir tão cedo?
Quem partiu o véu do medo?
Quem souou por um emprego?
Quem chorou e quis voltar.

Quem desafiou a vida?
Quem sofreu na despedida?
Quem chegou, “Cabeça erguida”?
Quem vazou pra outro lugar?

Ah, quem na vida de imigrante, fez amigos importantes?
Quem trocou o sofrimento pela sina de ajudar?
Foi Zezé com alegria, foi qualquer pessoa linda.
Entendendo que essa vida não demora acabar.

A saudade, o sonho, a mala feita.
E a vontade tão louca de voltar.
De cruzar esse imenso oceano.
Reencontrar sua terra seu lugar.

(Edinho Vilas Boas)

RESUMO

A migração presente nas atividades humanas ao longo de sua história assume diversas versões e dimensões. Na sociedade brasileira, desde o processo de colonização até os dias atuais, apresenta uma série de processos e dinâmicas que contribuíram para sua formação. Este trabalho estuda a intensificação da entrada de congoleses no Brasil nos últimos anos, buscando conhecer as causas e motivações da escolha do país. Também visa avaliar os mecanismos e a preparação brasileira para o acolhimento desse contingente de imigrantes, com base na legislação relativa aos imigrantes. Ainda assim, ela busca saber quais são as principais organizações de ajuda a imigrantes no país, o perfil dos congoleses e a acolhida que o Brasil dá a esses imigrantes. Para tanto, é feita uma análise das reais intenções brasileiras de incentivar a migração.

Palavras-chave: Imigração. Imigrantes. República Democrática do Congo. Brasil.

RÉSUMÉ

La migration présente dans les activités humaines tout au long de son histoire prend des versions et des dimensions variées. Dans la société brésilienne, du processus de colonisation à nos jours, il présente une série de processus et de dynamiques qui ont contribué à sa formation. Le présent travail étudie l'intensification de l'entrée des Congolais au Brésil ces dernières années, en cherchant à connaître les causes et les motivations du choix du pays. Il vise également à évaluer les mécanismes brésiliens et la préparation à l'accueil de ce contingent d'immigrés, sur la base de la législation relative aux immigrés. Toujours est-il qu'elle cherche à connaître les principaux organismes d'aide aux immigrés dans le pays, le profil des Congolais et l'accueil réservé à ces immigrés par le Brésil. Par conséquent, une analyse est faite des véritables intentions brésiliennes d'encourager la migration.

Mots-clés: Immigration. Immigrants. République Démocratique du Congo. Brésil.

LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Continente africano	26
Figura 2 -	Mapa da República Democrática do Congo, com cidades e províncias.....	27
Quadro 1 -	Números de estudantes contemplados pelo PEC-G por região brasileira.....	43
Quadro 2 -	Perfil dos congoleses entrevistados.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico
ANUAR	Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento
CIC	Conselho de Imigração e Colonização
CNIG	Conselho Nacional de Imigração
CIE	Cédula de Identidade de Estrangeiro
CEIP-BRAS	Programa de curso de língua portuguesa para os estrangeiros
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
DPs	Deslocados de Guerra
FBC	Fundação Brasil Central
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMDH	Instituto de Migrações e Direitos Humanos
MERCOSUL	Mercado Comum do Cone Sul
MEC	Ministério da Educação
MONUC	Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC-G	Programa de Estudante – Convênio de Graduação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDC	República Democrática do Congo
RNE	Registro Nacional de Estrangeiro
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	16
2.1 TEORIAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS	16
2.2 CONCEITOS AFINS	19
2.3 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE MIGRAÇÃO	22
3 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	26
3.1 PERÍODO DO REI LEOPOLDO II NO CONGO (1885-1909)	28
3.2 PERÍODO DO CONGO BELGA (1908-1960)	29
3.3 INSTABILIDADE POLÍTICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA	30
4 RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	36
4.1 PERÍODO DE ESTUDANTE-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO	36
4.2 CONGOLESES NO BRASIL	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
ANEXO 1 – ENTREVISTAS	55

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possui como tema as Relações Brasil República Democrática do Congo (RDC), com foco na análise do fluxo migratório dos congoleses para o Brasil. Segundo Santos (2012), a migração desde os primórdios está presente nas atividades humanas, entendida como o deslocamento de seu local de moradia para outro, o que pode ocorrer por inúmeros motivos, mas principalmente pelo interesse de atender às necessidades básicas do indivíduo ou grupo. A migração pode acontecer por motivos de guerra, desastres ambientais ou pela busca por melhores condições de vida, entre outras motivações.

Como problemática, portanto, questiona-se: como as relações Brasil-República Democrática do Congo impactaram a vinda dos congoleses no Brasil, especialmente através do Programa de Estudante-Convênio (PEC-G)? Como está sendo a trajetória dos estudantes PEC G proveniente do Congo? Quais são as oportunidades e desafios?

Com base nessas questões, o objetivo geral deste trabalho é identificar os motivos que levaram os congoleses a migrarem para o Brasil. Como objetivos específicos, buscaremos: a) apresentar aporte teórico-conceitual sobre as migrações internacionais; b) analisar historicamente as crises na RDC; c) compreender o impacto das Relações Brasil-República Democrática do Congo, especialmente, no âmbito do Programa do Estudante-Convênio Graduação. Ainda nesse último, busca-se descrever a trajetória dos estudantes PEC-G provenientes do Congo durante e após formação acadêmica e analisar os desafios e oportunidades desse processo.

A pesquisa se justifica pela crescente relevância que a migração vem adquirindo na atualidade. É um fenômeno que acontece a todo tempo e merece ser estudada e analisada. Pois, cada indivíduo tem sua história, sua motivação para deixar seu local de origem e isso precisa ser observado, ou seja, faz-se necessário a captação de como esse processo decorre, o porquê, quais as consequências, entre outras considerações. Nesta ótica, a área de Relações Internacionais oferece ferramentas importantes que possibilitam a sua compreensão da sua complexidade.

Nos dias atuais, essa dinâmica tem se intensificado tanto pelo volume de pessoas envolvidas quanto pela diversidade de áreas de origem e destinos eleitas. Possivelmente, o maior acesso à informação, os mecanismos de controle e monitoramento possibilitados pela expansão dos meios de comunicação, o aprimoramento dos organismos governamentais ou não; que tratam da migração tem favorecido o conhecimento mais específico dos dados migratórios.

Paralelamente, as maiores facilidades de acesso aos meios de transporte e seu barateamento, ao lado da popularização de informações favorecidas pela internet e a consolidação de redes sociais de suporte à migração permitem que mais pessoas se “aventurem” nas teias da migração. Com as informações, é possível que o migrante possa fazer um maior planejamento sobre o local escolhido para se mudar.

Segundo o argumento de Milton Santos, a imigração representa maiores facilidades de transporte e comunicação, o que torna possível a mudança de um lugar para outro, isso cada vez mais fácil. É o que Milton Santos (2012) chamou de tecnologia da informação, essa técnica possibilita o conhecimento dos lugares instantaneamente, sem necessariamente estar presente fisicamente. Obviamente, como alertou o autor, esta técnica não atinge a todos da mesma forma, influenciando, neste caso, de forma diferenciada as pessoas e os locais que necessariamente estarão envolvidos nos processos migratórios.

É fato que o fim da Guerra Fria trouxe à tona mazelas que estavam oprimidas e subjugadas aos interesses da bipolaridade mundial: movimentos separatistas, sequelas dos processos de independência, minorias étnicas, entre outras questões que, em tempos de globalização se tornam evidentes e favorecem deslocamentos populacionais, em prol da própria sobrevivência dos grupos fragilizados envolvidos.

As migrações podem transcender as fronteiras do Estado-nação, até mesmo desafiar governos, modificar a dinâmica econômica dos locais de partida e chegada, recursos financeiros arrecadados no novo local de residência pelos migrantes ou na questão do deslocamento de mão de obra. A imigração é um fenômeno que faz parte da história da humanidade e é através do movimento humano que o planeta foi amplamente colonizado. Os fluxos migratórios seguem apenas o determinado contexto geopolítico no mundo, embora não haja regulamentação específica suficiente sobre o assunto no cenário internacional. Falando em migração internacional, podemos nos referir tanto a áreas de destino quanto a áreas de origem. Para isso, incentiva os governos a analisar as causas da migração, na tentativa de tornar a permanência em um determinado país uma opção viável para todos. No que se refere às remessas, preconiza seu incentivo mediante políticas econômicas e condições bancárias adequadas. Além disso, incentiva a migração temporária e o reforço do regresso voluntário de migrantes, e também enfatiza a necessidade de dados e informações adequadas (Patarra, 2005).

Segundo os autores Kandula, Kersey e Lurie (2004), a emigração pode ocasionar certas mudanças nos hábitos dos imigrantes como: o regime alimentar, consumo de álcool e cigarros e atividades físicas, que podem ter consequências diretas em sua saúde física. Isto pode ocasionar mudanças nos padrões de morbidade. Por outro lado, os emigrantes podem estar

expostos à aquisição de novas doenças endêmicas da população para onde emigraram e para as quais eles não têm imunidade adquirida. Por fim, os fluxos migratórios indicam regiões de maior ou menor interesse, seja por motivos econômicos, geográficos ou culturais, e revelam facetas inesperadas do comportamento humano. Na base de todos os deslocamentos, contudo, há fatores comuns; coragem, a necessidade, a curiosidade, e por que não dizer, o desejo de liberdade. Falar de migrações é, portanto, ter em conta essas distinções e similaridades, interpretando fluxos (Milu Leite, 2017).

Sendo assim, o deslocamento populacional, principalmente em massa, como acontece em situações de guerras e desastres, traz uma série de consequências que afetam não somente um país, mas toda a dinâmica mundial. Como recorda Santos (2012), com a informação há uma interligação dos fatos, e todos os lugares podem ter participação nas ações simultaneamente, portanto, todos participam dos processos históricos.

A questão migratória passou a chamar atenção dos governos e instituições, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, ela ainda é um assunto complexo no mundo e no Brasil. Um país com graves questões internas a resolver, no qual as políticas de migração são importantes para o ganho de visibilidade mundial, no entanto acarretam uma série de desafios para o país, como no caso dos congolese destacados neste estudo.

De forma a atingir os objetivos estabelecidos neste trabalho, primeiramente utilizaremos de uma análise de fontes primárias e revisão bibliográfica, priorizando os escritos nacionais, contudo, sem desprezar a contribuição de autores estrangeiros sobre a temática. Serão utilizados livros através do acesso da biblioteca da UFRGS (SABI- catálogo online), juntamente com a verificação do banco de teses da Universidade. Apesar da extensa bibliografia que encontramos a respeito da imigração internacional, não encontramos muitos trabalhos que analisem a sua atuação na imigração congolese. A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses.

Apesar de extensa a bibliografia que encontramos a respeito o impacto sobre o fluxo migratório dos congolese para contexto brasileiro logo é necessário para a pesquisa a análise documental das declarações do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal com objetivo de observar qual a quantidade de alunos congolese que concluíram o programa desde a sua fundação.

2 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Neste capítulo iremos analisar conceitos e teorias de migrações internacionais. Além disso, realizaremos também uma breve análise das teorias migratórias internacionais de modo a melhor compreender seu posicionamento na sociedade. Posteriormente, analisaremos os aspectos teóricos sobre a migração.

2.1 TEORIAS DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

O fenômeno das migrações internacionais se apresenta como um desafio no mundo atual. Muitas são as motivações que levam a população mundial a migrar, o que tem ocorrido de maneira muito mais intensa no presente século. Com os avanços tecnológicos nas comunicações e meios de transportes, cada vez mais pessoas circulam pelo planeta, dentre estas muitas com objetivo de residir em outros países, os chamados migrantes.

Entende-se por migrações os deslocamentos populacionais, sendo este um dos fenômenos demográficos mais complexos do mundo contemporâneo, pois suas causas e consequências são bastante diversificadas nas diferentes partes do planeta.

Ao longo de toda a história mundial, enormes contingentes populacionais migraram de seus continentes de origem para outras partes do planeta, povoando, colonizando e construindo novas nações, como ocorreu em todo o continente americano. Muitas das vezes, esses deslocamentos representavam a esperança de uma vida melhor no chamado Novo Mundo, em tantas outras, significava a retirada forçada de sua terra natal, fosse pelo cumprimento de condenação judicial, nos casos dos degredados, ou pelas mãos de traficantes de escravos, que retiraram milhares de africanos de seu continente (Colombo; Marcelo, 2015).

Posteriormente a Segunda Guerra Mundial, fundada em 1945, ocorreu uma inversão no fluxo migratório da Europa, que deixou de ser foco de emigração, saída de europeus, passando a atrair grandes contingentes populacionais, sobretudo, oriundos das antigas colônias europeias e, portanto, o continente passou a ser importante foco de imigração, destino de povos estrangeiros. As populações que migraram para Europa do pós-guerra foram importante mão de obra na reconstrução e reestruturação econômica daqueles países, que haviam perdido população tanto no fluxo migratório, saída de europeus nas décadas anteriores, como também nas milhões de mortes provocadas pelo conflito (Colombo; Marcelo, 2015).

Analisando a dinâmica das migrações internacionais ao longo da história, evidencia-se a relação direta dos fluxos migratórios com o desenvolvimento da economia mundial. A

evolução da divisão internacional do trabalho e o processo de acumulação de riquezas fizeram com que os fluxos se redirecionassem para determinadas áreas do planeta, o que foi se tornando ainda mais complexo com os avanços tecnológicos e o processo de globalização da economia mundial (Colombo; Marcelo, 2015).

Nas duas últimas décadas do século passado, as crises econômicas e o aumento da desigualdade nos países subdesenvolvidos fomentaram a intensificação dos fluxos migratórios para a Europa, quando então, os países centrais da economia europeia passaram a adotar medidas restritivas quanto à entrada de imigrantes em seus territórios nacionais, o que acarretou o aumento da imigração clandestina nesses países.

Já no final do século passado, ao comentar os limites da globalização, e destacar as restrições impostas à imigração de mão de obra barata, Eric Hobsbawm destacou:

Hoje há menos liberdade de movimento de mão de obra do que no mundo anterior a 1914, quando não havia restrições à migração tanto para os Estados Unidos como para a América do Sul. Nenhum país, até onde sei, possui hoje uma política migratória desse tipo: nem os Estados Unidos, nem muito menos a União Europeia, que, em termos globais, funciona como um mecanismo para impedir a imigração (Hobsbawm, 2009, p. 77.)

O Relatório do Desenvolvimento Humano (2009), aponta que a taxa de imigrantes na população mundial se apresenta estável, em torno de 3%, e que facilidades de deslocamento e comunicação poderiam aumentar o interesse de migrar nas populações. Mas ao mesmo tempo, a imigração se torna regulada diante das políticas governamentais. Segundo o referido relatório, essa mobilidade provocada pela imigração é positiva já que impacta economicamente, tanto no país receptor, que passa a contar com maiores contingentes de força de trabalho para funções muitas vezes desprezadas pelos locais, quanto no país de origem. Exemplos desses rebatimentos são encontrados no favorecimento ao maior consumo, aumento nos investimentos em educação, saúde e no setor imobiliário, entre outros, através de remessas enviadas aos parentes próximos residentes no país de origem.

Estudiosos de diversas áreas da ciência se dedicam aos estudos migratórios. Contudo, pode-se afirmar que, embora, haja um grande número de teorias sobre migração, há pouca intercomunicação entre elas. Esta fragmentação espelha a carência de estudos multidisciplinares e multiescalares e, para Massey (1990), seria o resultado da divergência entre os estudiosos do tema em relação a quatro dimensões básicas.

Segundo a autora, as dimensões do conflito seriam: (i) o tema deve ser estudado de forma sincrônica ou em uma perspectiva histórica – diacrônica; (ii) a ação de migrar seria

melhor compreendida a partir de uma análise estrutural ou no âmbito do indivíduo; (iii) o nível de análise que pode ser o indivíduo, domicílio, comunidade, região geográfica, ou outra dimensão; (iv) a ênfase colocada nas causas ou nos efeitos da migração. O resultado desta fragmentação, segundo Massey (1990) é um conhecimento teórico sobre a migração incompleta e incapaz de fornecer bases para pesquisa e para elaboração de políticas públicas. A autora ressalta a importância de se elaborar uma teoria sobre as migrações que incorpore, simultaneamente, vários níveis de análise dentro de uma perspectiva processual.

Sob o olhar de Massey (1990), a migração é tratada numa perspectiva histórica, no mundo e no Brasil, a partir da ênfase estrutural dos grandes deslocamentos favorecidos pelos problemas políticos, sociais, econômicos e ambientais vivenciados pelo Congo nos últimos anos. O nível dessa análise é a comunidade dos congoleses deslocados para o Brasil. A pesquisa pretende abordar, simultaneamente, as causas do deslocamento para o Brasil e seus efeitos sobre o país. Não se pretende esgotar o tema, mas, admite-se o compromisso e o esforço de seguir as recomendações.

A partir do momento em que a migração internacional começou a acontecer, surgiram várias instituições privadas, públicas e assistenciais que passaram a se empenhar na elaboração de mecanismos capazes de contrabalançar o desequilíbrio entre o número de imigrantes interessados em entrar em determinados países e o número de imigrantes que esses países estão dispostos a receber, podendo essas instituições atuar de forma legal ou ilegal (Massey et al., 1993).

Segundo Piore (1979), a migração internacional é algo inerente à estrutura econômica dos países desenvolvidos, e seu principal elemento motivador seria a constante demanda pelo trabalho de migrantes nesses países. Em síntese, a migração não seria causada por fatores de expulsão nos países de origem, mas por fatores de atração nos países de destino. Os fluxos migratórios seriam estabelecidos a partir do recrutamento de mão-de-obra nos países em desenvolvimento para atender às necessidades dos empregadores dos países desenvolvidos, o que seria feito por instituições privadas ou públicas.

Para o autor, estes fluxos migratórios poderiam se apresentar em três categorias de ligação: entre estados, entre culturas de massa, entre famílias e redes sociais e, entre instituições que atuariam como agências migratórias. Por sua vez, os tipos de ligação seriam: ligações do tipo tangível, de caráter regulatório e, por fim, as de caráter relacional. No caso brasileiro, quando se refere à migração espontânea, nos três séculos iniciais da ocupação do território, tais ligações se fizeram por meio dos estados envolvidos e redes sociais que foram se estabelecendo no país e oferecendo suporte para novos deslocamentos. A partir da II Guerra Mundial, a

atuação das instituições como agências migratórias se fez mais forte, apesar do inegável papel dos estados na elaboração de políticas migratórias.

Guilmoto e Sandron (2001) ampliam o conceito de instituições para alertar que elas correspondem a um conjunto de convenções, padrões regularizados de interação que seriam conhecidos e praticados pelos indivíduos de uma dada sociedade. O papel das instituições, segundo os autores, seria criar condições para a regulação das transações entre os indivíduos, definindo seus tipos e suas garantias. A migração, com o passar do tempo, tenderia a tornar-se independente dos fatores iniciais que a provocaram, tornando-se um processo auto reforçado e que possuiria uma dinâmica própria e sofreria com as mudanças no contexto social, econômico ou político que poderiam afetar o seu funcionamento.

Calcado na vertente teórica das Análises Institucionais, esse estudo pretende mostrar como se deu a relação do Brasil com os processos migratórios desde a sua formação até nos dias atuais, com particular ênfase na questão dos congoleses e o papel das instituições nesse processo. Antes, porém, se faz necessário um breve resgate de conceitos basilares da migração com o intuito de estabelecer com clareza sob qual perspectiva serão empregados nesta pesquisa.

2.2 CONCEITOS AFINS

Primeiramente, por questões didáticas, cabe diferenciar os conceitos principais de migração, emigração e imigração. Migração, segundo o Glossário sobre Migração da Organização Internacional para as Migrações (OIM) envolve um:

Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes económicos (OIM, 2009, p.40).

Migração, portanto, se apresenta como um conceito amplo que qualifica a grande maioria dos movimentos populacionais sejam eles internos ou externos ao país de origem, independente das causas, volume ou características do indivíduo ou grupo. A emigração já apresenta a característica específica de ser:

Abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro. As normas internacionais sobre direitos humanos preveem que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e que, apenas em

circunstâncias muito limitadas, podem os Estados impor restrições ao direito de um Indivíduo abandone o seu território (OIM, 2009, p. 24).

Seguindo a mesma lógica, a Imigração é definida como “processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem” (OIM, 2009, p.33). Os três conceitos basilares descritos não encerram a diversidade que envolve os movimentos migratórios, sendo necessária uma pesquisa mais ampla e esclarecedora acerca da temática.

Por entender que há um grande ganho operacional na normalização de conceitos da produção científica relativa à migração, optou-se nesse trabalho, por seguir as recomendações do Observatório ACP das Migrações, uma iniciativa do Secretariado do Grupo dos Estados da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), financiada pela União Europeia, implementada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) num consórcio com 15 parceiros e com o apoio financeiro da Suíça, da OIM, do Fundo da OIM para o Desenvolvimento e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

Fundado em 2010, o Observatório ACP pretende produzir dados relativos à migração Sul-Sul no Grupo dos Estados ACP para migrantes, para a sociedade civil e para os decisores políticos, bem como para aperfeiçoar as capacidades de investigação nos países ACP para a melhoria da situação dos migrantes e o fortalecimento da relação migração-desenvolvimento. O Observatório foi fundado para facilitar a criação de uma rede de instituições de investigação e de especialistas na investigação da migração.

A adoção de conceitos uniformes para os estudos migratórios se trata de uma ação fundamental, pois além das bases confiáveis de dados, a principal questão relacionada às análises comparadas de estatísticas de migração internacional é a diferença ao definir um "migrante internacional" e diferentes "grupos de migrantes".

Os conceitos chave relevantes para as estatísticas de migração internacional são desenvolvidos sob a liderança das Nações Unidas e refletem os esforços durante cerca de um século para harmonizar o processamento de estatísticas de migração internacional. Até ao momento, segundo o Manual ACP (2011), as tentativas resultaram apenas em recomendações ignoradas em grande medida.

O conceito de migração implica o movimento durante um determinado período, de um local para outro. A migração define-se como a mudança do local de residência habitual. Trata-se do local onde a pessoa viveu continuamente na maior parte dos últimos 12 meses (ou seja, durante pelo menos seis meses e um dia), não incluindo ausências temporárias para férias ou viagens de negócios, ou onde tenciona viver durante pelo menos seis meses; e/ou o local onde

a pessoa viveu continuamente durante pelo menos os últimos 12 meses, não incluindo ausências temporárias para férias ou viagens de negócios, ou onde tenciona viver durante pelo menos 12 meses (ONU, 2008, p.102).

Ao tratar de migração internacional, o local de origem e o local de destino são em dois países diferentes e em que uma ou várias fronteiras têm de ser atravessadas. Consequentemente, a mudança do local de residência habitual dentro das fronteiras de um país é considerada migração interna. As informações relativas às pessoas que atravessam fronteiras internacionais são recolhidas de forma diferente consoante os países, ou seja, por país de nascimento e/ou por país de cidadania e/ou por histórico de migração/descendentes de nascidos no estrangeiro (denominados 2ª ou 3ª geração), dificultando a realização de comparações internacionais (ONU, 2008).

O local de nascimento é um critério objetivo que, geralmente, não se altera, mas apresenta a desvantagem de contar como imigrantes todos os cidadãos nacionais nascidos no estrangeiro. A cidadania é legalmente relevante, mas pode alterar-se com o tempo, ser acumulada (dupla cidadania) e incluir pessoas que na realidade não migraram. Por fim, ser descendente de um nascido no estrangeiro diz respeito à origem ou ao grupo étnico de uma pessoa, sendo geralmente menos considerado nos sistemas de recolha de dados, mas é um fato que pode ser relevante ao conduzir estudos relativos à diáspora (Observatório ACP das Migrações, 2011).

Devido a estas diferenças, é extremamente importante clarificar sempre as informações disponíveis e o significado concreto dos conceitos utilizados. Para além das recomendações formuladas pela ONU em 1998, a duração da estadia costuma ser utilizada para criar outras categorizações das populações de migrantes.

Outro critério consiste no propósito, no motivo ou na razão para o movimento, que se divide em fatores de repulsão e atração. Este critério permite o agrupamento de movimentos relacionados com o trabalho/emprego (migrantes laborais), migração relacionada com a família (formação e reunificação da família), movimentos relacionados com o ensino e a vocação (estudantes internacionais).

Finalmente, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2015), é possível definir ainda, as categorias de: (i) deslocados ambientais, para aqueles imigrantes que deixaram seus países de origem ou residência primordialmente por questões ambientais, seja por uma causa de início rápido (como um terremoto) ou lento (como a desertificação); (ii) imigrantes econômicos: aqueles que deixam seus países de origem ou residência por razões sobretudo econômicas, como a procura de trabalho; (iii) imigrantes humanitários: são os

imigrantes que, apesar de não se enquadrarem em outras categorias de proteção (como a de refugiados), foram vítimas de violações de direitos humanos (como as vítimas de tráfico de pessoas) ou estão em situações em que o retorno forçado ao país de origem seria uma violação à “razão de humanidade” (como as pessoas com doenças graves ou aquelas cuja família se encontra em outro país); (iv) apátridas: indivíduos que não possuem nacionalidade; (v) imigrantes em fluxos mistos: imigrantes que chegam ao Brasil por meio de movimentos migratórios nos quais várias categorias migratórias encontram-se presentes (como pessoas em busca de refúgio, deslocados por razões ambientais, imigrantes econômicos). Em sua maioria, este último grupo de imigrantes partilha a situação de irregularidade migratória, recorrendo a « coiotes » ou outros meios inseguros.

Dessa forma, com o elenco de conceitos basilares da migração internacional que foi antecedido pelo breve percurso acerca das teorias migratórias encerra-se a primeira parte deste trabalho. A seguir, é trazido à baila o compilado histórico que abrange a imigração e o Brasil, desde os primórdios da ocupação territorial até os dias atuais.

2.3 ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE MIGRAÇÃO

A migração é um fenômeno que ocorre há muito tempo, contudo foi somente em 1885 um importante trabalho que sistematizou, analisou e aprofundou, sobre o que leva as pessoas a migrarem. O alemão Ernst Georg Ravenstein, em 1885, de posse dos resultados censitários de 1871 e 1881 para a Inglaterra, Escócia e Irlanda, ele analisou as informações e essas levaram à formulação das Leis da Migração. Em princípio, Ravenstein (1980) identificou quatro tipos de migrantes:

- a) o migrante local, no qual “é aquele cujo deslocamento limita-se de uma a outra parte da mesma cidade”;
- b) o migrante de curta distância, que somente se desloca para cidades fronteiriças;
- c) o migrante por etapas, no qual é aquele que, por exemplo, busca emprego de cidade em cidade e;
- d) o migrante temporário, constituído da população flutuante, por exemplo, “estrangeiros temporários, trabalhador rural temporário, migração por obrigação, como nas forças armadas e cidades estudantes” (Ravenstein, 1980, p. 43, 44 e 45).

A partir dessas formulações foram elaboradas sete leis para a migração, são elas:

- a) Grande parte dos migrantes se desloca a curta distância. (migração local);
- b) O processo de absorção ocorre quando uma cidade cresce e atrai migrantes. Os vazios deixados na origem são preenchidos por migrantes de outras áreas mais

- distantes, que mais cedo ou mais tarde também irão migrar para a cidade em crescimento, (migração por etapa);
- c) O processo de dispersão é o inverso do de absorção e apresenta características semelhantes;
- d) Cada corrente migratória principal produz uma corrente inversa compensatória;
- e) As pessoas que migram a longas distâncias se dirigem, preferencialmente, para grandes centros comerciais ou industriais;
- f) Os naturais das cidades migram menos do que os naturais das áreas rurais de um país; e
- g) As mulheres migram mais do que os homens (Ravenstein, 1980, p. 57).

Contudo, esse estudo foi duramente criticado, mas foi uma importante contribuição para o início dos estudos sobre migração.

Em seguida, somente em 1962, ou seja, 77 anos depois de Ravenstein, Sjaastad elaborou um estudo sobre o s custos e retorno da Migração. Nesse sentido, pretendeu-se “determinar os retornos advindos do investimento migratório e não apenas relacionar as taxas migratórias ao diferencial de renda prevalente” (Sjaastad, 1980, p. 121). Então, quando se aumenta a renda diminui-se a saída de migrantes e aumenta a entrada, principalmente da população economicamente ativa jovem (Sjaastad, 1980, p. 124).

Existem, em conformidade com Saastad (1980), dois tipos de custos da migração, os monetários e os não-monetários. Os monetários dizem respeito ao quanto um migrante dispõe para migrar, isto é, o valor da distância entre origem e destino; o número de dependentes; alimentação; moradia e o transporte (Sjaastad, 1980, p. 127). Já os não-monetários são os custos de oportunidades, por exemplo, remuneração, duração e aprendizagem e os custos psicológicos, no caso a família e os amigos (Sjaastad, 1980, p. 128 e 129). Logo, é necessário equalizar os retornos monetários e os não-monetários. Para os retornos monetários, temos maiores e mais variadas possibilidades de ocupação, educação e investimento em capital humano. Enquanto nos retornos não-monetários têm-se o deslocamento para locais de suas preferências. Portanto, o indivíduo que quer migrar deve balancear os custos e retornos da migração.

Posteriormente, em 1966, Everestt Lee produziu um trabalho sobre a teoria da migração, ou simplesmente a teoria do Push – Pull. O trabalho de Lee intitulado “Uma teoria sobre a Migração” tenta desenvolver uma estrutura geral para posicionar os movimentos espaciais em certa quantidade de conclusões com respeito ao volume das migrações, o desenvolvimento das correntes e contracorrentes e as características dos migrantes” (Lee, 1980, p. 99). Em vista de ser difícil identificar os exatos fatores que movem as pessoas a migrarem, ou o contrário, Lee (1980) evidencia que geralmente “só é possível expor alguns que parecem ser de especial importância” (p. 100). São eles: os fatores relacionados ao local de origem, os fatores

associados ao local de destino, os obstáculos intervenientes e os pessoais. No entanto, alguns fatores afetam a maioria das pessoas praticamente da mesma maneira, enquanto que outros afetam pessoas distintas de maneiras diferentes” (Lee, 1980, p. 100).

Lee (1980) apresenta a imigração como uma relação custo-benefício que os emigrantes avaliam o que será mais vantajoso, Sua teoria fundamenta-se no princípio que há variáveis que empurram determinado grupo de pessoas e, variáveis que atraem esses grupos, além dos obstáculos intervenientes que serviram “para peneirar alguns dos débeis e incapazes”, fato que as migrações são sempre seletivas (Lee, 1980; Santos et al., 2010).

Todaro (1980) criou um modelo de migração voltado para migração em países subdesenvolvidos. Seus objetivos eram “formular um modelo econômico de comportamento da migração rural – urbano” (Todaro, 1980, p. 152) e de forma probabilística, “concernentes aos determinantes da demanda e da oferta de mão de obra urbana” (Todaro, 1980, p. 152). Segundo Todaro (1980), a migração, então, ocorre em dois estágios, o primeiro é o migrante, advindo do setor rural que chega ao meio urbano, no qual, geralmente, não qualificado e com isso ele irá inserir-se no mercado de trabalho urbano tradicional (empregos ocasionais, bicos, subemprego e serviços informais) (p. 153). Com o passar do tempo, o migrante tende a encontrar um emprego no setor urbano moderno, isto é, na indústria. Aliado a isso, Todaro (1980) elencou quatro pressupostos para a migração: a) o diferencial entre as rendas no meio rural e urbano; b) um planejamento igual para todos os trabalhadores migrantes; c) os custos, fixos, da migração são iguais para todos os trabalhadores; d) o fator de desconto também é igual para todos (p. 157).

Adiante, em 1971, o geógrafo Zelinsky (1971) relacionou a Transição Demográfica com a migração e formulou a transição da Mobilidade. A Transição Demográfica, segundo Zelinsky (1971), tem início, com a anulação dos altos níveis de mortalidade por altos níveis de fecundidade e assim entrando em equilíbrio (p. 219). Contudo, com o aumento de alguns limiares de desenvolvimento socioeconômico existe uma baixa na fecundidade, mas que coincide com uma baixa na mortalidade (Zelinsky, 1971, p. 219). Zelinsky parte de quatro hipóteses para confirmar a transição da Mobilidade. A primeira é a limitação, física e social, para a migração, no qual as comunidades com altas taxas de modernização tendem a ter altas taxas de movimento.

Como a Transição da Mobilidade segue de perto a Transição Demográfica existe uma mudança na frequência, duração, periodicidade, distância, rotas e categorias de migrantes na origem e no destino (Zelinsky, 1971, p. 222). E assim, encontra-se uma mudança na intensidade

e movimento da informação que exerce força na opção do migrante em relação à mudança de residência (Zelinsky, 1971, p. 222). A partir disso, ele formulou sua teoria em cinco fases.

Na primeira fase existe pouca migração residencial (à sociedade tradicional pré-moderna); na segunda, ocorre um grande volume de migração rural – urbano (a sociedade de transição precoce); na terceira, intercorre uma desaceleração da migração, mas ainda significativa do rural para o urbano (a sociedade de transição tardia); na quarta, a migração se estabiliza, particularmente, pela diminuição da migração rural – urbano, entretanto há uma intensa migração cidade – cidade (a sociedade avançada); por fim, na quinta fase existirá um declínio da migração residencial com o predomínio da migração interurbana e intraurbana (um futuro da sociedade super avançada) e um maior “controle político tanto da mobilidade interna como externa de migrantes” (Zelinsky, 1971, p. 230).

3 REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Nesta parte, busca-se entender um pouco da história da República Democrática do Congo, desde sua independência em 1960 até hoje, mostrando os acontecimentos que seguiram e que levaram o país a uma instabilidade política e econômica.

Figura 1 - Continente africano



Fonte: Miranda (2013).

A República Democrática do Congo (RDC), antiga Zaire, é o segundo maior país do continente africano, localizado no centro do continente com mais de 80 milhões de habitantes, numa superfície de mais de 2.344.858 de km. A capital é Kinshasa e a moeda é o “*Franc congolais*” (Congo Autrement, 2018).

O francês é a língua oficial e quatro línguas Bantu (Kikongo, Lingala, Tshiluba, Swahili) são as línguas nacionais. Além dessas quatro línguas nacionais, existem ainda mais de 250 dialetos falados entre várias etnias diferentes. Mas, a língua Lingala prevalece sobre as outras três, inclusive sobre os dialetos. É raro um congolês que não fala Lingala, mas é comum ver um congolês que não fala as outras três línguas nacionais. O país é limitado a oeste pelo Congo Brazzaville, ao norte com a República Centro-Africana e Sudão do Sul, a leste com Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia e, ao sul com a Zâmbia e Angola (Clement, 2010). A área ocupada pela RDC pode ser observada na figura 1, que ilustra o mapa da África.

A República Democrática do Congo é uma república unitária, onde o pluralismo político é reconhecido. Todos os congolezes têm direito de criar partidos políticos ou aderir a um partido político de sua escolha. Os partidos políticos operam livremente as suas atividades em conformidade com a lei, a ordem pública e a moralidade. Os partidos políticos são obrigados a respeitar os princípios da democracia pluralista, a unidade e a soberania (Miranda, 2013).

As grandes cidades da República Democrática do Congo podem ser observadas na Figura 2, ilustrado no mapa da República Democrática do Congo.

Figura 2 – Mapa República Democrática do Congo, com cidades e províncias



Fonte: CIA (2022).

A história do país é sinuosa e crivada de grandes problemas. Para falar sobre isso deve-se recuar até, pelo menos, as últimas décadas do século XIX. No período anterior à colonização, o Congo era um reino (Graham, 2013). Em 1885, durante a conferência de Berlim organizada pelas potências europeias para compartilhar a África, O rei Leopoldo II recebe o Congo do qual é proclamado rei, em 1908, o rei Leopoldo II por sua vez lega o Congo ao Estado belga, a colônia foi, portanto, renomeada "Congo Belga" e o país tornou-se uma colônia belga (Graham, 2013).

Após a sua independência em 1960, a RDC passou a ter 11 províncias e atualmente, o país conta com 26; cada uma tem sua própria capital. Além disso, cada cidade tem no mínimo duas línguas ou dialetos (Brunau, 2009).

3.1 PERIODO DO REI LEOPOLDO II NO CONGO (1885-1909)

Conforme Reader (2002), no final do século XIX, houve a colonização Belga no Congo por parte de Leopoldo II, proclamando “O Estado Livre do Congo” e tornando-se rei dessa região. Sem nunca ter pisado no Congo, Leopoldo II estabeleceu as bases de uma ordem colonial que durou 75 anos. Ele criou em 1888, a Força Pública para proteger a obra da estrada de ferro do porto de Matadi para Leopoldville; esta linha de 400 km de comprimento foi aberta em 1898, que deu início ao desenvolvimento de Leopoldville. O rei declarou que terrenos vagos deveriam ser considerados como pertencentes ao Estado (Lokongo, 2016). A fim de fazer a "sua" colônia e utilizar os recursos naturais, Leopoldo II teve apoio do exército de mercenários (belga, Togo, Mali, Senegal etc.), missionários católicos, uma série de emissários colonos e banqueiros belgas. Para recuperar os custos de seus investimentos pessoais em sua aventura colonial, Leopoldo II concedeu os territórios coloniais a empresas privadas que lhe pagaram royalties em troca da liberdade de extração de recursos naturais (Francophonie, 2015).

A partir de 1885, o Congo foi submetido à operação de empresas que organizam a extração de borracha. Algumas das riquezas acumuladas serviram para construir edifícios de prestígio em Bruxelas. Com o tempo, Leopoldo II começou a ser malvisto na comunidade internacional, não só pelo fato de impor trabalho forçado aos congolese, mas também por causa da mutilação de mulheres e crianças (mãos ou pés cortados) ao não cumprirem as cotas de produção de borracha e marfim. Ele foi acusado dos massacres dos habitantes (Jean-Marc, 1998).

Por causa dos excessos cometidos por europeus na África, a reputação de Leopoldo II e seu trabalho no exterior foram seriamente desafiados. O rei instituiu uma Comissão Internacional de Inquérito (1904), que publicou em novembro do ano seguinte um relatório condenatório, reconhecendo "o mérito da ação real no Congo", embora salientando "os abusos e deficiências" por colonizadores e milícias. Na época, as atrocidades cometidas no Congo eram reveladas, especialmente, pelo cônsul britânico no Congo, Roger Casement, provocando indignação em toda a Europa. Em 1908, o Parlamento belga decidiu que não poderia mais confiar a colônia à única autoridade do rei. Os belgas no Congo, nunca promoveram o ensino da língua francesa para os "nativos", que ficaram longe da administração. Mas todos os livros de história colonial apresentam Leopoldo II como um "grande benfeitor" do povo congolês (Miche, 2015).

3.2 PERÍODO DO CONGO BELGA (1908-1960)

Em 1908, o Congo foi oficialmente chamado de Congo Belga. O crescimento econômico do Congo Belga se deu significativamente (através da produção de cobre e diamante), mas atendendo a interesses coloniais e ao capital estrangeiro, não respondendo principalmente às necessidades da população. O sistema operacional do trabalho forçado continuou. Além disso, muitos líderes tradicionais congolezes, acusados de desafiar a ordem colonial, foram enforcados para dar o exemplo (Francophonie, 2015).

No final da década de 1950, no campo da educação, manteve-se o monopólio das missões católicas, e tinham-se construído apenas 15 universidades congolezas, sem formar qualquer médico ou engenheiro, mas tinha-se produzido mais de 500 padres locais. Os congolezes mais instruídos se tornaram carpinteiros, mecânicos, enfermeiros, pintores etc. O holandês e o francês foram ensinados nas escolas estatais, que formaram as autoridades de origem belga (Francophonie, 2015).

O Congo belga se encontrava desprovido de pessoal político e técnico pronto para assumir quando deu seus primeiros passos rumo à independência. O Instituto Colonial de Antuérpia, em 1955, já havia alertado o governo belga que trinta anos seriam necessários para formar uma classe dirigente capaz de assumir o poder. Em janeiro de 1959, ocorreram tumultos em Leopoldville. As autoridades belgas foram pressionadas por uma parte da população e por líderes congolezes.

Em Bruxelas, o governo belga anunciou um programa para treinar a administração da elite congolês mediante a organização de eleições locais para a formação de um governo congolês, comprometendo-se a levar o país para a independência, que foi fixada pelo Parlamento belga, em 30 de junho de 1960 (Francophonie, 2015).

Desde sua independência até hoje, o país teve 5 presidentes, o segundo chefe do estado Mobutu, implementou uma política nacional que instituiu quatro línguas das principais províncias do país como línguas oficiais: Lingala, Kikongo, Swahili e Tshiluba. A RDC tem uma herança linguística muito vasta: além de sua língua oficial, que é o francês, ela tem outras quatro línguas nacionais, e mais de 200 dialetos (Congo Autrement, 2018).

O Francês é a língua mais falada no país, seguida do Lingala, que é considerada de fato a língua das forças armadas e é amplamente utilizada na comunicação. O Swahili vem na terceira posição, é falada principalmente no leste e sul da RDC, seguido pelo Tshiluba e Kikongo que dividem a quarta posição. O país possui várias tribos e etnias, cada tribo tem sua dança, culinária, música, e até seu vestuário tradicional. Isso demonstra uma das mais importantes riquezas que um país pode ter: a diversidade cultural (Congo Autrement, 2018).

3.3 INSTABILIDADE POLÍTICA NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

A independência da República do Congo, em 30 de junho de 1960, teve Joseph Kasavubu como seu primeiro chefe de Estado e Patrice Lumumba seu primeiro-ministro. O país imediatamente enfrentou problemas econômicos, políticos e sociais de grandes proporções. Uma semana depois da independência, as forças armadas se amotinaram, e movimentos separatistas, além do conflito intertribal, ameaçavam dividir o país. O Exército Nacional congolês tornou-se uma força indisciplinada e incerta, com grupos de soldados que apoiavam vários líderes políticos e militares (Gale, 2007).

Um grande golpe para a nova república era a secessão de Katanga (Província do RDC), rica em minerais, que foi anunciada no dia 11 de julho de 1960 por Moïse Tshombe, chefe do governo provincial. O governo central não tinha como intervir devido à perda de receitas de sua província mais rica e pela partida de funcionários belgas civis, professores, médicos e técnicos. A Bélgica enviou paraquedistas para o Congo, apelando à ONU por ajuda. Mediante uma situação de falta de recursos e de desordem, a ONU ofereceu um programa de assistência massivo, financeiro, administrativo-militar e técnico. A ONU mobilizou um número

considerável de especialistas em administração, médicos, professores e outros profissionais qualificados (Gale, 2007).

As forças das Nações Unidas enviadas para restaurar a ordem não estavam ajudando a derrotar os separatistas. Lumumba solicitou ajuda de Washington, não sendo sequer recebido pelo presidente dos Estados Unidos, o que motivou a aproximação com a União Soviética. Dela recebeu, em seis semanas, uma volumosa ajuda militar e cerca de mil conselheiros técnicos. O governo dos Estados Unidos viu isto como uma manobra relacionada à dicotomia da Guerra Fria com objetivo de disseminar o comunismo na África Central. Kasavubu, irritado com a chegada soviética, em setembro de 1960, demite Lumumba. Por seu lado, indignado, Lumumba declara deposto o presidente Kasavubu. Tanto Lumumba como Kasavubu ordenam a Mobutu (coronel do exército de Katanga) prender o outro (Altman, 2013).

O Parlamento, posteriormente, revogou ambas as demissões. Kasavubu, em seguida, rejeitou o parlamento e com o Coronel Joseph-Desire Mobutu, recém nomeado chefe do exército, conseguiram prender Lumumba. As tropas da ONU não interferiram. Lumumba foi secretamente entregue às autoridades do Katanga, e assinado em 1961. Pouco tempo depois, o Conselho de Segurança da ONU, pela primeira vez, autorizou o uso da força, se necessário, como um "último recurso", para evitar que uma guerra civil ocorresse no país (Altman, 2013).

Soldado de carreira, o coronel Joseph-Désiré Mobutu chegou ao poder no dia 24 de novembro de 1965 com um golpe de estado. Com o seu único partido, o Movimento Popular da Revolução (MPR), ele chefiou o país de forma autoritária. Ferozmente anticomunista, ele conta com o apoio do Ocidente e do desenvolvimento econômico baseado na exploração da riqueza mineral. No início de 1970, ele instala uma ideologia chamada de "*zairianisation*", que tinha como objetivo a valorização da cultura, da identidade local, começando por ele mesmo, que mudou o seu nome para Mobutu, e o país passou a ser chamado de Zaire. No entanto, as desigualdades persistem fortes, problemas econômicos persistem. Em 1990, cada vez mais isolado, o presidente aceitou o sistema multipartidário e a formação de um governo mais inclusivo, mas as acusações de autoritarismo, corrupção e enriquecimento pessoal continuam (Perspective Monde, 2008).

Enquanto isso, o país enfrenta outros problemas em sua fronteira oriental. A guerra civil no país vizinho, Ruanda, ao longo de 1994 e 1995, havia obrigado mais de um milhão de pessoas a deixar o país e refugiar-se nas províncias do Norte e Kivu do Sul, instalando campos de refugiados densamente povoados. Esses refugiados, hutus ruandeses na maior parte, muitos dos quais tinham participado no genocídio contra ruandeses tutsis, rapidamente se tornaram uma grande pressão sobre os escassos recursos da região, e, em agosto de 1995, o governo

intensificou os esforços para repatriá-los para Ruanda. Dentro de um mês, mais de 75 mil refugiados foram expulsos. No entanto, a expulsão se mostrou contraproducente. Muitos dos refugiados tinham medo de serem presos ou mortos pelo governo Tutsi de Ruanda. Alguns refugiados fugiram para o campo para evitarem ser deportados da terra deles, enquanto outros voltaram através da fronteira apenas algumas horas depois de terem sido expulsos. Esse caso provocou muitas discussões envolvendo várias nações dentre eles os Estados Unidos da América (EUA) sob a presidência de Jimmy Carter (Kutshienza, 1999). Em outubro de 1996, a insegurança aumentava na região, e a destruição da fauna e flora aumentou, levando o governo da província de Kivu do Sul a iniciar uma série de medidas repressivas. Estas represálias foram dirigidas contra os refugiados hutus ruandeses e contra um outro grupo de ruandeses tutsis, que afirmavam que seus antepassados tinham se estabelecido no Zaire mais de um século antes. Esta ação provocou uma rebelião dos ruandeses. No início de novembro, o governo provincial foi derrubado pelos rebeldes, e as principais cidades da província estavam sob controle desses rebeldes. Centenas de milhares de refugiados ruandeses foram repatriados para Ruanda, na tentativa de fugir dos combates (Kutshienza, 1999). Neste ponto, a rebelião tomou um rumo inesperado e Laurent Désiré Kabila assumiu o controle. Kabila já tinha inicialmente lutado com Lumumba no período da independência. Ele tinha vivido como um senhor da guerra local na província de Kivu do Sul. A presença de Kabila, como o líder da rebelião, mudou o foco de proteção aos ruandeses para a realização de uma rebelião contra o governo de Mobutu. Kabila obteve o apoio do Presidente Museveni de Uganda, Paul Kagame (líder da Frente Patriótica Ruandesa), e também da maioria dos países do ocidente, inclusive a Bélgica. O único país ocidental que era contra o avanço da rebelião de Kabila, era a França, e não teve nenhum envolvimento de países do oriente (Ducitoyen, 2004). Quando a rebelião começou, o presidente Mobutu tinha se ausentado para procurar tratamento para seu câncer de próstata. No meio de dezembro, Mobutu voltou ao país e nomeou um novo ministro da Defesa, e reformulou o comando do exército. Também fez uma contratação de mercenários sérvios e hutus ruandeses para dar apoio ao seu exército. Em janeiro de 1997, o Exército lançou uma contraofensiva desastrosa contra os rebeldes. Em fevereiro os rebeldes controlaram quase todas as províncias orientais e estavam ameaçando derrubar o governo. Foi assim que começaram as negociações de paz, que foram mediadas pela África do Sul. Mas, mesmo assim, não conseguiu trazer um cessar fogo. Logo em março, os rebeldes tomaram Kisangani, a terceira maior cidade do país, sem uma luta. Em abril, enquanto a ONU tentou negociar uma reunião entre Mobutu e Kabila, Mobutu recuou desse encontro, os rebeldes tomaram Lubumbashi, a segunda maior

cidade, e também assumiram o controle da província rica em diamantes de Kasai (Airault, 2015).

Em maio, o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, tentou mais uma vez reconciliar Kabila e Mobutu a bordo de um navio sul-africano. Mobutu recusou-se a chegar a um acordo sobre as condições para a sua partida. No entanto, com as forças rebeldes se aproximando cada vez mais, Mobutu percebeu que não tinha mais como se manter no poder, e acabou fugindo primeiro para sua cidade natal, Gbadolite, na parte norte do país, e depois para o estrangeiro. Em 17 de maio de 1997, as forças de Kabila entraram na capital para uma recepção de heróis. Kabila anunciou que o país iria voltar a usar o seu antigo nome no período 1960-1970, a República Democrática do Congo (Airault, 2015).

Em agosto de 1998, ocorreu uma guerra envolvendo nove países africanos. Tudo começou quando Kabila percebeu que os seus antigos aliados, Ruanda e Uganda, queriam tomar o controle total da RDC. Ruanda e Uganda atacam algumas cidades do leste de Goma, Bukavu e Uvira. Os membros da Comunidade Africana de Desenvolvimento Sul (SADC) Angola, Namíbia e Zimbabwe auxiliaram no fornecimento de tropas e materiais para o Congo. Chade e Sudão também apoiam Kabila. Essa guerra foi também conhecida como “primeira guerra mundial da África”. Uma facção congoleza chamada *Rassemblement Congolais pour la Democratie* (RDC), reivindicou apoio popular contra o governo de Kabila para estabelecer a democracia na RDC. A ONU estima que cerca de 6 mil pessoas morreram até o final do primeiro ano do conflito na RDC, muitos deles civis. O custo financeiro de apoio do Zimbabwe para o governo da RDC foi estimado em US \$3 milhões por dia (Mas, 2006).

Em julho de 1999, todos os lados assinaram o acordo de paz de Lusaka. A ONU concordou em enviar cerca de 5 mil soldados de paz para a RDC, para monitorar a implementação do acordo. No entanto, com mais da metade do território nacional sob controle rebelde, e com Kabila se recusando a cooperar com o negociador da ONU, uma instabilidade político e militar se seguiu. O país caiu ainda mais no caos econômico, devido à péssima gestão da política monetária e fiscal. Em 16 de Janeiro de 2001, um guarda da força especial presidencial, matou o presidente Laurent Désiré Kabila. Kabila foi sucedido por seu filho, Joseph, que foi confirmado por unanimidade pelo parlamento, designado por seu pai, para ser o novo chefe de Estado, em 27 de Janeiro de 2001. Em janeiro de 2003, foi concluído o julgamento de assassinato, e apesar das evidências questionáveis, 29 pessoas foram condenadas à morte. Em agosto de 2002, Joseph Kabila conseguiu concluir um acordo de paz com Ruanda e com Uganda (Gale, 2007).

Dada a sua juventude e inexperiência, alguns observadores pensaram que Joseph Kabila não iria honrar o acordo de partilha de poder assinado em Pretória, em 17 de dezembro de 2002. O acordo permitiu que Kabila permanecesse Presidente da República até que as eleições fossem realizadas, uma condição na qual ele insistiu ao longo das conversações. No entanto, apesar do acordo de Pretória e a presença de várias dezenas das tropas francesas de manutenção da paz, a luta feroz continuou entre as tribos Hema e Lendu pelo controle de Bunia, uma cidade no nordeste (Quinn, 2012).

Os combates continuaram também em outras partes do país. No início de 2003, a facção rebelde MLC foi acusada de assassinato em massa, canibalismo, estupro e outros abusos dos direitos humanos cometidos contra pigmeus em Ituri, situada no nordeste da RDC. Saques e roubos também foram relatados em junho de 2003 em cidades e aldeias nas províncias de Kivu do leste. Apesar de ter assinado um acordo de paz em Sun City, África do Sul, em abril de 2003, RDC e Goma capturaram a cidade de Lubero em junho de 2003 (Mas, 2006).

Um poder de compartilhamento de transição do governo, com representantes de todas as principais facções, foi cobrado com a responsabilidade de preparar o país para a sua transição para eleições democráticas, em 2005. A enorme tarefa de recenseamento eleitoral começou em junho de 2005 e o prazo para registro de candidatos foi marcado para 17 de janeiro de 2006 (Tshonda; Rashidi, 2006).

No entanto, houve instabilidade e luta prolongada, responsável por cerca de 3,3 milhões de mortes relacionadas com a guerra no Kivus entre 1998 e 2002. Esta escala de calamidade humana não tinha sido vista em qualquer lugar do mundo desde a Segunda Guerra Mundial. Em dezembro de 2005, o Tribunal Internacional de Justiça decidiu que Uganda teria que pagar reparação a RDC pela exploração ilegal dos recursos naturais durante a guerra de 1998-2003 (Gale, 2007).

Os mantenedores da paz (da ONU) foram autorizados a manter a ordem no período das eleições presidenciais de 2006. O vencedor foi o presidente Joseph Kabila, que já estava no poder, e venceu ainda na eleição de 2011, e está na presidência até hoje. Todas as instabilidades que começaram em 1996, no Congo, estão relacionadas com a disputa pelo controle dos recursos naturais do país (ouro, diamante, cobre, zinco, coltan, petróleo etc.). O governo de Kabila não conseguia controlar totalmente as regiões mais ricas do país porque não tinha mais um exército capacitado. Essa fragilidade das forças armadas do Congo levou ao surgimento de várias milícias que continuam operando em algumas regiões, explorando ilegalmente os recursos naturais do país. Algumas empresas multinacionais financiam essas milícias para poder explorar ilegalmente as matérias primas no Congo (Gale, 2007).

Para melhorar a situação de segurança, em novembro de 2007, um acordo foi assinado em Nairobi (Quênia) pelos governos da RDC e de Ruanda. O problema persiste, todavia. O Governo organizou, no início de 2008, uma conferência nacional sobre a paz no leste do país, mas os resultados não foram muito conclusivos. Em fevereiro de 2013, foi assinado em Addis Ababa, na presença da União Africana, um acordo para o retorno da paz na região de Grandes Lagos, especialmente no leste da RDC. Na sequência deste acordo, os líderes dos países signatários se comprometeram a respeitar a integridade de vizinhança territorial, e não apoiar grupos armados. Contudo, a situação de segurança não voltou totalmente porque existem ainda alguns grupos armados (LRA, FDLR) no leste do país.

4 RELAÇÕES BRASIL-REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Falaremos um breve histórico da relação Brasil e Congo. O foco principalmente dessa parte é falar sobre os imigrantes dos PEC-G, inclusive os congolezes.

4.1 PERÍODO DE ESTUDANTE-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO

As relações entre o Brasil e o Continente Africano são seculares e perfazem a história brasileira. Ambos compartilharam de uma mesma história: desde o século XVI – quando o Brasil e a África estavam vinculados pelo tráfico transatlântico de escravos – até a abolição da escravatura (séc. XIX). A partir de então, desenvolveu-se uma lacuna nas relações que se estendeu até meados do século XX – com a descolonização dos países africanos – ocasião em que começa a emergir um novo relacionamento entre essas regiões .

Essa reaproximação, após a interrupção das relações com o Continente Africano durante aproximadamente um século, se deu em etapas. Nos anos de 1960, quando se tem início uma onda de independências na África, o Brasil passa gradativamente a participar dos esforços de descolonização dos países africanos e, em decorrência disso, uma relação mais próxima do Brasil com a África começou a se desenvolver. O Brasil além de reconhecer os novos Estados, reconhece também a importância que a África começa a adquirir no cenário mundial. Nesse período são estabelecidas as primeiras representações diplomáticas na África e, com isso, tem-se uma maior aproximação entre essas regiões. Nesse contexto, especificamente no início dos anos 1960, é estabelecida a política africana brasileira. (LEITE, 2011).

Contudo, nas décadas seguintes, vê-se que essa política africana brasileira, apesar da continuidade, apresentou um quadro de inconstâncias devido aos diferentes enfoques e prioridades dados pelos sucessivos governos. Entre os anos 1967-1979 (os anos dourados da política africana) ela ganha evidência. Nos anos 1980, em decorrência das crises da dívida externa e outros fatores, nota-se um claro distanciamento da África. Essa tendência continua e se acentua nos anos 1990 apresentando um visível declínio resultante da prioridade dada pelo governo brasileiro às relações com outras regiões em detrimento da relação com a África. (LEITE, 2011).

Entretanto, neste início de século, no Governo do Presidente Lula (2003-2010), essa tendência inverteu-se e os laços Brasil-África se fortaleceram com a intensificação e redefinição da política africana. Neste período, observou-se uma nova configuração nas relações Brasil-

África, sendo estruturada em novas bases, mais sólidas e permanentes. Essa reaproximação do Continente Africano, segundo analistas, decorre da estratégia brasileira, na prioridade mais ampla conferida no Governo Lula, de buscar compatibilizar as relações Norte-Sul com as relações no âmbito da Cooperação Sul-Sul. A relação entre o Brasil e a África foi uma das prioridades da política externa brasileira na gestão do Presidente Lula. (LEITE, 2011).

A proposta deste trabalho é analisar essa nova relação Brasil-África, desenvolvida no início deste século XXI no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), tendo em vista as ações da política externa brasileira dentro da perspectiva da cooperação Sul-Sul. Nessa análise, buscaremos ponderar sobre as motivações e interesses que pautam a relação. Deste modo, este estudo se dará a partir do ponto de vista brasileiro da relação. A proposta de analisar essa relação na perspectiva de Cooperação Sul-Sul, partiu do princípio de que essa perspectiva tem aproximado estas regiões e, portanto, é indispensável para se pensar essa relação entre o Brasil e o Continente Africano. Deste modo, embora concentrado na relação Brasil-África, a análise da Cooperação Sul-Sul também pautou este estudo.

A hipótese proposta neste trabalho é que o interesse do Brasil em estabelecer relações mais próximas com Sul, particularmente, a intensificação das relações do Brasil com os países africanos, colocou-se no âmbito da diretriz universalista da política externa e da estratégia de inserção internacional brasileira, com vistas a ampliar a influência global do Brasil. Argumenta-se também que as relações Brasil-África não se deram unicamente por razões comerciais ou políticas, mas que estes dois aspectos concomitantemente pautaram as relações Brasil-África. Assim, no contexto da política externa brasileira, os interesses políticos e comerciais foram atrelados ao interesse da estratégia de inserção internacional brasileira. Deste modo, as raízes históricas e culturais tão peculiares dessa relação, juntamente com uma mútua presença de aspectos econômicos, políticos e ações no plano da cooperação, criam ligaduras importantes e que fortalecem essa relação Brasil-África.

As relações brasileiras com diversos países do continente africano se deram ainda na época colonial. Esses laços estavam relacionados ao tráfico negreiro, que através do Atlântico Sul transportava escravizados da África para as Américas.

As heranças e traços da cultura africana são parte fundamental da identidade brasileira, assim, há uma relação de identificação latente entre o Brasil e os Estados da África Negra. Estes serão fatores que, mais adiante, influenciarão iniciativas de aproximação e fortalecimento de relações entre as duas margens do Atlântico Sul.

A partir da década de 1970, nota-se que a política externa brasileira se volta para a África de uma maneira mais intensa. As relações internacionais no governo Jânio

Quadros (janeiro a agosto de 1961) e que tiveram continuidade com o governo João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), são marcadas por uma Política Externa Independente (PEI). Afastando-se dos centros de poder e abrindo os olhos para a África, a PEI era uma política sem compromissos, que procurava obter vantagens para o país em um mundo dividido em dois blocos (Cervo; Bueno, 2010). O Chanceler San Tiago Dantas foi um dos principais formuladores desta nova posição da política externa brasileira, que tinha em seus objetivos o desenvolvimento econômico do país e a prestação e recebimento de ajuda externa (Cervo; Bueno, 2010).

Esta foi a primeira aproximação entre o país e o continente africano, fora do tráfico colonial. Deste momento em diante, as relações entre Brasil e África sofrem altos e baixos, se aproximando e se distanciando de acordo com o governo em vigor (Pereira, 2020).

Com a Política Externa Independente, de 1961 a 1964, houve uma primeira aproximação, seguindo-se uma fase de distanciamento durante os dois primeiros governos militares (1964-1969). Do governo Médici até o fim do governo Sarney (1969-1990), por outro lado, houve um salto qualitativo nas relações Brasil-África, com uma intensa cooperação em várias áreas, mas com o advento dos governos neoliberais, de Fernando Collor de Mello a Fernando Henrique Cardoso (1990-2002). Nos marcos da globalização, houve novo distanciamento. Contudo, na passagem do século XX ao XXI, especialmente a partir do início do governo Luiz Inácio “Lula” da Silva, o continente africano viria, finalmente, a se tornar uma prioridade para o Brasil (Visentini; Ribeiro; Pereira, 2013, p.38).

No ano de 1972, o Chanceler Mário Gibson Barbosa realizou uma viagem à África, na qual visitou nove países africanos: Senegal, Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, Nigéria, Camarões, Gabão e Zaire. A missão de Gibson Barbosa explicitou o interesse brasileiro na aproximação com o continente africano e rendeu frutos como acordos de cooperação técnica, científica e cultural com os países visitados (Cervo; Bueno, 2010). Contudo, a influência portuguesa na política externa brasileira ainda se fazia muito presente, pois havia nas relações entre Brasil e Portugal um “sentimentalismo” que interferia fortemente nas relações brasileiras com a África (Penna Filho; Lessa, 2007). Assim,

[...] apesar do entusiasmo explícito por Mário Gibson Barboza acerca dos frutos de sua viagem, e dos inegáveis vínculos de aproximação criados pelo “Périplo Africano”, como uma retomada do relacionamento com a África, seus resultados práticos, no que concerne ao âmbito das relações entre o Brasil e o continente africano, foram limitados, e constrangidos pelo “sentimentalismo” em relação a Portugal, que implicou em pressões externas, e adiou a retomada e consolidação, de fato, da política africanista brasileira (Pini, 2012, p. 110).

No governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), as relações do Brasil com o continente africano se estreitaram de maneira considerável. Pautado no discurso da “dívida histórica” que os brasileiros têm para com a África (dívida esta que apresenta profunda relação com o passado escravocrata que une a história destes dois continentes), as iniciativas de cooperação com esse continente aumentaram e os laços do país com diversos Estados africanos se tornaram mais próximos (Visentini, 2016; Pereira, 2020).

Nas relações bilaterais entre a RDC e o Brasil, vislumbradas a partir da independência congoleza (junho de 1960), observamos um relativo contraste com as relações deste último com o continente africano em geral. Pelo menos até a década de 1980, os movimentos de aproximação e distanciamento entre os dois países estavam muito mais ligados às afinidades ideológicas de seus governos do que à orientação geral de suas políticas externas (MRE, 2015). Já no início da década de 1980, a partir do governo Figueiredo no Brasil e em um contexto de enfraquecimento do regime de Mobutu e do arrefecimento de seu antagonismo com o MPLA ocorre uma aproximação. Nessa nova fase, destacam-se as duas primeiras reuniões da Comissão Mista Bilateral, em 1980, em Brasília, e em Kinshasa, em 1987. Ainda nessa nova fase, destaca-se a aproximação dos dois países no âmbito da ZOPACAS, estabelecida em 1986 por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas com o objetivo de preservar a paz no Atlântico Sul (MRE, 2015).

A partir da década de 1990, porém, com o agravamento da situação política na RDC e o gradual afastamento do Brasil do continente africano sob governos neoliberais, houve um novo retrocesso nas relações bilaterais - simbolizado pelo fechamento da embaixada brasileira em Kinshasa em 1997. Somente a partir do governo Lula é que as relações foram efetivamente restabelecidas: além da reabertura da embaixada brasileira em Kinshasa em 2004, destacam-se as visitas ministeriais de dois países, a realização da III Sessão do Comissão Mista da RDC, em Brasília, em 2011, além do reescalonamento, pelo governo brasileiro, da dívida congoleza, em 2013 (MRE, 2015).

No que diz respeito às relações comerciais entre os dois países, entre 2003 e 2010 (primeiro e segundo governos Lula no Brasil, governo Joseph Kabila no Congo), observam-se padrões consideravelmente diferentes entre as exportações da República Democrática do Congo para o Brasil e importação de produtos brasileiros no Congo (MRE, 2015).

Referente a imigração, sempre esteve presente na trajetória do Brasil, desde a chegada dos portugueses à exploração no século XVI e foi acompanhada da migração forçada de africanos escravizados que perdurou até o século XIX. Levy (1974) aponta que o Brasil até

sua invasão pelos portugueses no início do século XVI possuía uma população nativa impossível de precisar o número, podendo variar entre 1 e 3 milhões de habitantes.

Ao tomar posse das terras brasileiras, Portugal inicialmente utilizou da economia extrativa, mas a força de trabalho era escassa devido às dificuldades culturais e à falta de população. Por volta de 1550, procurou expandir sua produção no Brasil já que as outras colônias portuguesas não se mostraram suficientes. A partir de então, Portugal passou a utilizar as terras brasileiras para a cultura canavieira, necessitando assim de mais mão de obra qualificada que após as fracassadas experiências iniciais com os nativos foi substituída pelo trabalho escravo da população proveniente do continente africano (MRE, 2015). O continente africano e os imigrantes africanos irão voltar para o centro das atenções do Brasil somente alguns séculos depois, com a chegada de Lula à presidência em 2002.

Durante o governo de Lula, o Brasil aproximou-se dos Estados dependentes e priorizou as relações Sul-Sul, como uma tentativa de equilibrar o poder dos países do Norte no sistema internacional e de atender aos anseios da burguesia, que exigia uma maior margem de manobra do Brasil em relação à abertura comercial. A articulação em conjunto dos países do Sul em torno de um mesmo objetivo seria bastante positiva, pois os votos dos países em desenvolvimento possuem o mesmo peso dos países desenvolvidos na Assembleia Geral da ONU. Isoladamente, os países do Sul perderam projeção e a possibilidade de forjar acordos favoráveis para corrigir as desigualdades políticas e econômicas (Leite, 2011). O governo de Lula, apesar de marcado por uma campanha popular que chamava a atenção das camadas mais humildes do Brasil, atendeu os interesses econômicos da burguesia interna com o aumento das exportações e o impulso à internacionalização das empresas brasileiras. Esta burguesia, que comandava diversos setores, com o do agronegócio, mineração, construção civil, dentre outros, conseguiu se beneficiar com a conquista de novos mercados para a exportação de seus produtos, com a realização de investimentos diretos no exterior e a prioridade dada aos seus produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais (Berringer, 2014).

A diferença entre FHC e Lula se deu tanto por elementos externos, como as dificuldades da Rodada de Doha da OMC, quanto por elementos ideológicos, refletidos na nomeação de Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães para Ministro e Secretário Geral do Itamaraty, que seguiam a linha de pensamento desenvolvimentista e autonomista do ex-Presidente. O próprio Ministério das Relações Exteriores foi reorganizado com a criação de novas secretarias e divisões internas: o Departamento de África e Oriente Médio (DAO) se desdobrou em duas repartições separadas devido à ênfase dada a essas duas regiões, e até as

bibliografias indicadas para a prova de ingresso na carreira diplomática foram alteradas (Berringer, 2014).

Lula incentivou a internacionalização de empresas dando apoio, financiamento e suporte às empresas exportadoras por meio dos bancos nacionais e do BNDES. Também havia o objetivo de aproximar o Itamaraty da sociedade interna, por isso foi fortalecido o poder decisório da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e foram abertos canais de comunicação com o empresariado e o Ministério das Relações Exteriores (Berringer, 2014).

A política de Lula se opunha ao modelo neoliberal, devido à ampla política de financiamento, aumento de intervenção estatal em obras de infraestrutura, exigências de porcentagem mínima de produtos brasileiros em compras governamentais ou em compras de empresas subsidiadas pelo BNDES, e principalmente devido aos investimentos sociais. Ao contrário de FHC, Lula mudou o regime de exploração de petróleo (de concessão para partilha), criou novas empresas estatais de infraestrutura e tecnologia, buscou novos mercados para exportar produtos brasileiros, criou o BNDESPar para apoio e financiamento de fusões e aquisições de empresas e incentivou a formação de empresas campeãs nacionais (Berringer, 2014).

Nos anos 1990, o foco do BNDES era o apoio às privatizações de empresas estatais e serviços públicos, já nos anos 2000 o foco foi o financiamento, com juros subsidiados, às empresas exportadoras e as que se internacionalizaram. Com essa intervenção estatal via financiamento e intervenção, a economia brasileira voltou a crescer e a balança comercial passou a registrar superávits (Bugiato, 2012 *apud* Berringer, 2014).

A política externa do governo Lula ganha papel de destaque em contraste com o papel acessório dado à mesma no governo anterior. A política externa dos anos 2000, de acordo com Lima e Melo (2010), é proativa e pragmática, um dos pilares da estabilidade econômica e da retomada do papel do Estado na agenda neodesenvolvimentista. O Brasil não mais se alinharia automaticamente aos EUA, por isso procurou fortalecer os vínculos com países em desenvolvimento e formar colíseos para aumentar o poder de barganha frente aos países desenvolvidos.

A cooperação com países africanos foi uma das maneiras de demonstrar o amadurecimento do Brasil, que não estava apenas interessado em atender suas demandas particulares. Ao canalizar recursos aos países em desenvolvimento, o Brasil estaria apresentando-se como nação adulta e preocupada em resolver as grandes dificuldades que afligem a humanidade e o funcionamento do sistema internacional, negligenciadas pelas grandes potências.

O carisma e a história humilde do Presidente Lula podem ser apontados como uma das causas da confiança gerada no continente africano: de 2003 a 2006, o Brasil recebeu mais de vinte chefes de Estados e chanceleres de países africanos. Uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro para aprofundar as relações comerciais foi estimular a integração produtiva, através da participação de pequenas empresas no comércio de bens e pela junção de cadeias produtivas brasileiro-africanas (Leite, 2011).

Foi durante o governo Lula (2003-2010) que o Congo ocupou papel de destaque em nossa política externa. Foi nesse período que houve uma maior aproximação, visando a cooperação em várias áreas: educação, saúde, segurança, agricultura, entre outras.

Para atender a demanda de alunos estrangeiros, o Ministério das Relações Exteriores criou o PEC-G. O programa foi criado em 1965 pelo Decreto 55.613/65 e atualmente é regido pelo Decreto 7.948/13. Compõem esta iniciativa 59 países: 25 da África, 25 das Américas e 09 da Ásia. Os cursos com o maior número de vagas oferecidas são Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. Desde os anos 2000, houve mais de 9.000 selecionados. A África é o continente de origem da maior parte dos estudantes, com 76% dos selecionados (MRE, 2018).

O PEC-G destina-se à formação e qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Além disso, constitui um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes (Brasil, 2013).

As motivações para a criação do Programa remontam à década de 1960, em virtude do expressivo aumento do número de estrangeiros no Brasil e à consequente regulamentação interna do status desses estudantes no país. O contexto demandava a garantia de tratamento semelhante aos estudantes por parte das universidades, e a unificação das condições do intercâmbio estudantil. O Programa foi, então, criado como instrumento de cooperação educacional brasileira em 1965.

Antes da criação do Programa, já existia o intercâmbio de estudantes latino-americanos. No entanto, esse fluxo era esporádico e ocorria como consequência de iniciativas isoladas. De acordo com o MEC (2000), em 1917 registrou-se a presença de brasileiros estudando no Uruguai; em 1919, estudantes argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios cursando nível superior no Brasil, inclusive na Escola Militar e na Escola Naval.

O PEC-G passou por várias mudanças junto às Instituições de Educação Superior (IES) e órgãos gestores. Os protocolos são avaliados de maneira periódica em função dos

resultados apresentados pelo desempenho dos estudantes-convênio e das observações encaminhadas pelas IES participantes aos gestores do PEC-G. Além disso, constituem a regulamentação própria do Programa, juntamente com o Manual do Estudante Convênio, estando de acordo com o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80, Lei 6.964/81 e Decreto nº 86.715/81).

Em 1964, o PEC-G recebeu sua atual denominação em Relatório do MRE. Na ocasião, o MRE conduziu o Programa, ainda sem a participação do MEC, em contato direto com as IES, a partir de sua sede no Rio de Janeiro. No ano de 1965, é promulgado o Decreto nº 55.613 que torna obrigatório o registro de estudantes estrangeiros beneficiários de Convênios Culturais (estudantes-convênio). Dessa forma, a emissão da Carteira de Identidade fica sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação e Cultura.

Ao Programa é conferido o primeiro instrumento normativo permanente em 1967. O Protocolo, com 19 cláusulas, é assinado no Rio de Janeiro pelos Ministérios da Educação e das Relações Exteriores, e regulamentou a oferta e a distribuição das vagas por país, a seleção dos candidatos e a forma de encaminhamento do estudante-convênio às IES. Definiu, ainda, as responsabilidades dos dois Ministérios envolvidos.

O que se percebe, ao contrário das intenções apresentadas nesse primeiro protocolo, é a atuação ainda pouco expressiva do MEC no que se refere ao gerenciamento do PEC-G junto às IES, desde Brasília. Dessa maneira, no ano de 1974, a gestão do Programa é transferida pelo MRE do Rio de Janeiro para Brasília.

No mesmo ano, o MEC e o MRE assinaram o segundo Protocolo, com 17 cláusulas, devido à necessidade de aperfeiçoamento e atualização dos mecanismos reguladores do Programa. Definiu-se que a responsabilidade sobre transferência de cursos e transferências externas passa a ser atribuição das instituições; e ampliou-se o escopo dos países participantes, inicialmente restrito aos países latino-americanos. O MRE seria responsável pelo encaminhamento físico dos novos estudantes-convênio às IES (com carta de apresentação das Embaixadas); e ao MEC caberia a sua autorização de matrícula às IES.

Os requisitos para a inscrição de estudantes estrangeiros no PEC-G exigem que os estudantes sejam residentes no exterior e que não possuam visto permanente ou qualquer outro tipo de visto temporário para o Brasil; sejam maiores de 18 e preferencialmente até 23 anos; firmem Termo de Responsabilidade Financeira, onde devem assegurar que têm meios para custear as despesas com transportes e subsistência no Brasil durante o curso de graduação; firmem Termo de Compromisso, em que se comprometam a cumprir as regras do

PEC-G; e apresentem certificado de conclusão do ensino médio e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras.

Caso sejam aprovados, os candidatos receberão visto temporário de estudante, que será concedido pelas missões diplomáticas e repartições consulares brasileiras. No entanto, fica estabelecido que a condição migratória regular no Brasil (obtenção do visto e a atualização do registro de estrangeiro) é de responsabilidade do estudante-convênio, e é indispensável para efetivação da matrícula e inscrição em disciplinas a cada início de período letivo. As IES, no que lhes diz respeito, devem verificar a documentação e a regularidade da situação migratória do estudante-convênio para efetivação e registro de matrícula.

O Decreto prevê, ainda, as situações que implicam em desligamento do Programa. Serão desligados os estudantes-convênio que não efetuarem a matrícula no prazo estabelecido pela IES; que trancaram matrícula sem justificativa ou abandonarem o curso; que reprovarem por três vezes na mesma disciplina; que forem reprovados em mais de duas disciplinas, no mesmo semestre, a partir do segundo ano ou do terceiro semestre do curso; que não obtiverem a frequência mínima exigida pela IES em cada disciplina; que obtiverem transferência para IES não participante do PEC-G; que ingressarem em IES por meio de processo seletivo que não seja o do PEC-G; e que apresentarem conduta imprópria.

Além disso, o estudante-convênio fica proibido de exercer atividade remunerada que configure vínculo empregatício ou caracterize pagamento de salário ou honorários por serviços prestados. No entanto, fica estabelecido que as instituições participantes do PEC-G poderão conceder auxílio financeiro destinado ao estudante-convênio, por prazo limitado e durante o curso (custeio de moradia, transporte ou alimentação), em qualquer caso condicionado ao bom aproveitamento acadêmico. Em contrapartida, é permitida a participação em estágio curricular, atividades de pesquisa, extensão e monitoria.

A respeito das garantias, o Decreto prevê assistência médica, odontológica e farmacêutica através do Sistema Único de Saúde (SUS). Em caso de falecimento, doença grave ou incurável que impeça a continuação dos estudos, o Ministério das Relações Exteriores poderá arcar com os custos relativos ao traslado do estudante-convênio para o país de origem, se houver impedimento financeiro do estudante e disponibilidade de recursos orçamentários do Ministério.

No que concerne à finalização dos estudos no Brasil, compete à IES informar a relação dos estudantes graduados à Polícia Federal, ao Ministério da Educação e ao Ministério das Relações Exteriores, imediatamente após a colação de grau. Além disso, fica vedada a

extensão da estada do estudante-convênio no Brasil além do prazo legal indicado no Estatuto do Estrangeiro.

A República Democrática do Congo participa do programa desde 1985. O período de maior envio de discentes foi entre 2008 e 2015. Ao entrevistar alguns alunos, constatou que a escolha do Brasil está relacionada à qualificação profissional e a melhora substancial de vida, pois ao retornarem ao seu país, alguns recebem propostas de emprego. A questão do retorno após a conclusão do curso é uma exigência do convênio. O programa conta com um manual de orientações gerais, que, além de informações sobre as regiões do Brasil e as Universidades, fornece orientações em relação ao retorno do aluno a seu país de origem depois de formado.

Quadro 1 - Números de estudantes contemplados pelo PEC-G por região brasileira

REGIÃO	NUMÉROS DE ESTUDANTES
CENTRO OESTE	69
NORDESTE	204
NORTE	63
SUDESTE	443
SUL	213

Fonte: Elaboração própria a partir de relatório publicado pelo IPEA (2017)

No que tange aos países participantes do Programa, dados disponibilizados pela Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores (DCE/MRE), em sua plataforma digital, explicitam a quantidade de estudantes-convênio, por região mundial, que foram selecionados na linha temporal de 2000 a 2016. Além disso, apresentam os dados referentes à quantidade de estudantes por países.

No período estabelecido, o Brasil, através do PEC-G, recebeu 7048 estudantes advindos do continente africano, sendo que Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola são os países que mais enviaram estudantes através do Convênio.

4.2 CONGOLESES NO BRASIL

Para Haesbaert a migração é considerada mais “um meio do que um fim”, processo no qual há intermediação na vida em busca de estabilidade. No caso das diásporas não se trata simplesmente de desterritorialização, de sair de seu território e perder sua identidade, mas sim

de reterritorialização, ou seja, mantendo ou recriando sua identidade em outro local, sobretudo a nível cultural. Como esclarece o autor:

Claro que a identidade em seu sentido reterritorialização não constitui simplesmente um transplante da identidade de origem, mas um amálgama, um híbrido onde a principal interferência pode ser aquela da leitura que o Outro faz do indivíduo migrante (Haesbaert, 2007, p. 249).

Os imigrantes, inclusive os congolezes, possuem responsabilidades com os familiares que deixaram no Congo tendo grande importância principalmente financeira, no núcleo familiar e na economia do país. Por outro lado, essa mobilidade tende a “espalhar” a cultura desse povo pelo mundo, mesmo que, em geral, estabelecem-se em comunidades que funcionam como importante apoio psicológico e financeiro entre esses imigrantes.

É nesse sentido que Handerson (2015), utilizando da definição de Safran apresenta as diásporas, como sendo:

comunidades de minorias expatriadas: a) que se encontram dispersas a partir de um centro de origem para, pelo menos, dois espaços “periféricos”; b) que mantêm uma “memória” mítica da “terra de origem” (*homeland*); c) que sentem que não são – e, talvez, não podem ser – totalmente aceitos nos países de acolhida; d) que veem a sua terra natal como um lugar de retorno no momento oportuno; e) que são engajados na manutenção ou reconstrução da “terra de origem” (*homeland*) e f) para os quais, a consciência e a solidariedade do grupo são fortemente definidas pelos laços contínuos com a “terra de origem” (*homeland*) (Handerson, 2015, p. 345 - 346).

Os imigrantes Congolezes que chegam ao Brasil encontram muita dificuldade em se estabelecer no país. Desde o início deste século, o Brasil tem recebido um elevado número de imigrantes, fenômeno que produz diversos efeitos nos campos social, econômico, cultural e jurídico do país. O tema em discussão representa um grande desafio para a sociedade Brasileira, visto que existe uma tendência atual de aumento do número de imigrantes nos próximos anos, em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Para compreender as dificuldades que enfrentam as pessoas na condição da imigração, é necessário que se avalie, criticamente, todo o contexto migratório, não apenas o que enfrentaram no país de origem e o processo de deslocamento, mas, sobretudo, o que terão que suportar, em muitos casos, no país que os recebeu. Nesse sentido, o conceito de sofrimento social mostra-se uma ferramenta valiosa. Este conceito é definido, segundo Bibeau:

O conceito de sofrimento social emergiu nas últimas décadas como uma lente para olhar as profundas relações entre a experiência subjetiva do mal-estar e os processos históricos e sociais mais amplos. O sofrimento, enquanto sentimento humano, foi por

longo tempo visto como uma experiência inerente, ligada ao corpo natural e, dessa forma universal. Este paradigma universalista está vinculado a uma espécie de realismo ingênuo segundo o qual o amor, o casamento, os cultos, as árvores, o sofrimento, a morte e uma série de outras formas de realidade têm o mesmo significado para todos os seres humanos (Bibeau, 1995, p.41).

Para os congoleses, o fato de serem vistos com desconfiança, parte, sobretudo, do fato de serem imigrantes negros e africanos. O racismo faz parte da história brasileira e, para entendê-la, é preciso, segundo Guimarães (1995), considerar pelo menos três processos históricos. Primeiro, o processo de formação da nação brasileira e seu desdobramento atual; segundo, o entrecruzamento discursivo e ideológico da ideia de "raça" com outros conceitos de hierarquia como classe, status e gênero; terceiro, as mudanças da ordem socioeconômica e seus efeitos regionais.

Abordar a questão da nacionalidade é importante porque, no Brasil, as regras de pertinência nacional suprimiram e subsumiram sentimentos étnicos, raciais e comunitários. A nação brasileira foi pensada como uma conformidade cultural em termos de religião, raça, etnicidade e língua (Guimarães, 1995). Nesse contexto nacional, o racismo brasileiro só poderia ser heterofóbico, ou seja, um racismo que "é a negação absoluta das diferenças", que "pressupõe uma avaliação negativa de toda diferença, implicando um ideal (explícito ou não) de homogeneidade" (Taguieff, 1987 apud Guimarães, 1995, p .29).

O principal alicerce do pensamento racista brasileiro era uma adaptação do chamado "racismo científico", as doutrinas racialistas que intentaram demonstrar a superioridade da raça branca. Se a afirmação de que cada racismo tem uma história particular, a ideia de embranquecimento é certamente aquela que especifica o nosso pensamento racial (Guimarães, 1995).

De acordo com Mendonça (2004), tendo a segunda maior população negra do mundo, o racismo no Brasil é intenso e tem sua origem no processo de colonização portuguesa do país, evidenciado pela escravidão de africanos. Em relação ao racismo direcionado ao refugiado negro e africano, podemos afirmar que no Brasil, a diferenciação entre o negro e o imigrante, traz uma vivência particular para aquele que vem aqui em busca de proteção, na medida em que o preconceito associado à cor e à classe social (no caso dos brasileiros negros), também incorpora o estereótipo de origem e de cultura (Zozzoli, 2015). Simon salienta as dificuldades adicionais de ser negro e africano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da complexidade e intensidade do fenômeno migratório no presente século, compreender suas causas e seus desdobramentos se tornou um desafio para a sociedade mundial. As migrações internacionais constituem um processo que se desenvolve em diferentes escalas, produzindo efeitos nos diferentes recortes espaciais, trata-se, portanto, de fenômenos de múltiplas escalas, onde se desenvolve o conceito de campo migratório.

Como apresentado, a imigração sempre esteve presente na trajetória do Brasil, desde a chegada dos portugueses para exploração no século XVI e foi acompanhada da migração forçada de africanos escravizados que perdurou até o século XIX. A Lei de Cotas da Imigração, calcada no eugenismo populista do governo Vargas, praticamente estancou os fluxos migratórios ao Brasil.

Na década de 1980 houve uma notória inversão no fluxo migratório e o Brasil passou a apresentar um crescente fluxo de emigração. Um contingente de brasileiros passou a residir no exterior, principalmente Estados Unidos, Japão, alguns países da Europa e Paraguai. O vetor de atratividade está diretamente relacionado às razões da repulsão na origem: oportunidades de trabalho. Como a grande maioria desses emigrantes adentra os países de modo clandestino e/ou estabelece nos novos países de modo ilegal, as estatísticas oficiais da Polícia Federal, com o número de pessoas que deixaram o Brasil no período estão subestimadas.

Já no período mais recente é notado um declínio na saída de brasileiros, que segundo o censo de 2010 apresentava aproximadamente 500 mil brasileiros residentes no exterior, ao mesmo tempo o Brasil começa a receber um novo perfil de imigrantes, estrangeiros originários de outros países em desenvolvimento, como coreanos, chineses, africanos e de países latino-americanos, que entre 2008 e 2011 aumentaram em 60% as solicitações de vistos atendidas (PATARRA, 2012, p. 9).

Este trabalho de Conclusão de Curso (TCC) elencou os esforços brasileiros em se colocar no cenário internacional como liderança, em sua relação com o Congo e, inegavelmente, o Brasil apresentou uma presença positiva com as ajudas humanitárias, e ainda buscou atender a questão emergente no caso específico da chegada em grande contingente dos congoleses no país, com a criação da Resolução Normativa N° 97 de 12 de janeiro de 2012, dando legalidade aos imigrantes.

Nos últimos anos, as diversas entidades e estudiosos que trabalham com a temática das migrações atuaram no sentido de promover uma mudança de paradigma na política migratória

brasileira, o que culminou na alteração legislativa. A nova Lei de Migração, Lei 13.445, de 24 de maio de 2017, trouxe avanços na política migratória brasileira, com isso nossa legislação deixa de estar amparada na securitização, passando a ser regida pelos princípios e garantias dos Direitos Humanos, conforme elencados nos vinte e dois incisos do artigo 3º do aludido diploma legal.

Com a Nova Lei de Migração, o Brasil pretende atribuir ao menos na forma da lei, um caráter mais humanitário às questões migratórias, podendo influenciar na qualidade de tratamento aos imigrantes, e no aumento do fluxo migratório no país. A migração congoleza deixa claro o interesse e a necessidade do Brasil de se tornar notável no cenário mundial, buscando se adequar e até mesmo revolucionar com leis modernas diante de alguns retrocessos pelo mundo nas questões de migração, que hoje se apresentam em evidência. Mas, quando se trata de acolhimento, recepção, apoio, torna-se fraco, sem coesão entre os órgãos públicos e pouco abrangente nesse vasto território brasileiro.

Já em relação ao tratamento dado aos congolezes, tanto na chegada quanto na permanência, o Poder Público no Brasil deixa a desejar, levando em conta a falta de apoio e orientação. Além disso, a falta de preparo dos municípios brasileiros para receber esses imigrantes é um grave problema. Os congolezes chegam a sofrer com preconceitos, dificuldades na integração social, barreiras na comunicação verbal devido ao idioma de domínio ser o francês, a carência de abrigo para sua instalação inicial, a precarização devido à dificuldade de regularizar sua condição legal no Brasil, entre outros obstáculos. Tais enfrentamentos necessários expõe os imigrantes congolezes que na maioria das vezes, ficam à mercê da ajuda de entidades e pessoas civis, já que não existe uma estrutura pública nacional e efetiva de acolhimento ao imigrante congolês em âmbito nacional.

Em geral, os congolezes entrevistados declararam que é a "falta de estrutura, intérpretes, organizações para receber imigrantes" o grande desafio que eles enfrentam no Brasil, e é o principal fator, segundo eles, causador de sofrimento aos imigrantes. Ou seja, a ausência de uma política efetiva de integração local é o fator que mais contribui pelo sofrimento que aflige esses indivíduos.

Para Ager e Strang (2008), seus elementos centrais dizem respeito à aquisição e acesso a emprego, habitação, educação e saúde, cidadania e direitos; processos de relações sociais com grupos dentro da sociedade de acolhida, tornando-se fundamental identificar as barreiras estruturais a essas relações em função da língua, da cultura e do ambiente local.

Diante da mudança de paradigma promovida pela nova legislação, a qual rompeu com o modelo de controle migratório baseado na securitização, estabelecendo diversos princípios

amparados nos Direitos Humanos, na cooperação internacional e no acolhimento humanitário, contrários à discriminação dos imigrantes e favoráveis a sua inserção social, os órgãos públicos devem se orientar no sentido de promover uma nova política migratória, que seja capaz de promover a inclusão dos imigrantes congolezes na sociedade brasileira. Em última análise, a inserção dos imigrantes na sociedade só será efetivada com a garantia da dignidade humana, em todos os seus aspectos (a falta de ajuda do governo brasileiro).

Por fim, para os congolezes entrevistados, estar longe da família significa a perda de seus principais referenciais, é não ter mais a presença física daqueles que tanto amam, mas, também, é deixar de contar com a sua rede de apoio nos momentos de adversidade. Em geral, os imigrantes congolezes que chegam ao Brasil encontram dificuldades para se fixar no país, principalmente em termos de moradia. Ao que pese a importância da integração dos imigrantes congolezes para o desenvolvimento social do país, a rede de apoio aos imigrantes apresenta deficiências em todo o Brasil, os espaços destinados ao atendimento ainda são poucos, os abrigos e vagas nos mesmos são escassos, falta de intérpretes oficiais nos órgãos públicos, dentre outras dificuldades encontradas na inserção social e laboral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHOTEGUI, J. L. La depresión en los inmigrantes: una perspectiva transcultural. Barcelona: Editorial Mayo, 2002.
- AIRAULT, Pascal. Laurent-Désiré Kabila devient le maître de Kinshasa (17/20). France: L'opinion, 2015. 10 p. Acesso em: 12 abr 2023.
- ALTMAN, Max. Hoje na História: 1960 - Com ajuda da CIA, Mobutu aplica golpe de Estado na República do Congo. Brasil: Opera Mundi, 2013. Acesso em: 7 maio 2016.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Acesso em: 25 de abril de 2017.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Atlântico Sul: As relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. Austral – Rev. Bras. de estratégias e rel. inter.. v.2, n.4, p. 49-71, 2013.
- AMARAL, J. de B.; MENEGHEL, S. T. Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC G): de um programa da década de 1960 para uma política educacional. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis, 2015.
- AYLLÓN, B. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. Revista de Economia e Relações Internacionais, v. 5, n. 8, p.5-23, jan. 2006.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. Migrantes, apátridas e refugiados: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos: Ipea, 2015. (Série Pensando o Direito, n. 57) Disponível em: http://pensando.mj.gov.br/wpcontent/uploads/2015/12/PoD_57_Liliana_web3.pdf. Acesso em: 10 maio 2023 .
- BRASIL, 2013. Decreto nº 7.948. Acesso em: 25 de maio de 2023.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Resenha da Política Externa do Brasil. 2003. p. 23-24 .
- BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil; desafios para as politica sociais.In: PRADO et COELHO, (org.). Migrações e Trabalho. Brasília. Ministério Público do Trabalho , 2015. p.80.
- BENDER, Philippe. La Croix-Rouge suisse et l'aide aux migrants. Revue Internationale de la croix-rouge, Genebra: International Committee of the Red Cross, 2001.
- CAVALCANTI, Leonardo ; TONHATI, Tania. As migrações internacionais no Brasil: construindo ferramentas para análise. Revista Obmigra. v.1. n.1, 2015.
- CASTOR, S. Reembaralhando as cartas após o 12 de Janeiro. Le Monde diplomatique, Brasil, ano 3, n. 32, mar. 2010. Encarte clacso, Cadernos da América Latina XV.

- CISSE, Mbaye. L'affirmation d'une stratégie de puissance: la politique africaine de la Chine. Senegal: Diploweb, 2007. 27 p.
- CORNETET, J.-M.C. A Política Externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade. *Conjuntura Austral*, v. 5, n. 24, 111-150, jun.-jul. 2014.
- CÔRTEZ, O. H. D. G.. A Política Externa do Governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia. Brasília: FUNAG, 2010.
- CONGO-KINSHASA. República Democrática do Congo. Acesso em 10 março de 2023.
- DÁVILA, Jerry. Hotel trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana – 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 115-144.
- FRANÇA, J. M. . Brasil e África em Perspectiva Faces de uma Relação no Início do Século XXI. Jundiaí-SP , Paco Editorial: 2014.
- GALEANO, E. Os pecados do Haiti. *Le Monde diplomatique*, Brasil, ano 3, n. 32, mar. 2010. Encarte clacso, Cadernos da América Latina XV.
- GALE, Thomson. Congo, Democratic Republic of the DROC). Estados Unidos: Worldmark Encyclopedia Of Nations, 2007. 9 p. Disponível em: acessado em 4/05/2023.
- GENTILI, P. A educação no Haiti: do abandono ao caos. *Le Monde diplomatique*, Brasil, ano 3, n. 32, mar. 2010. Encarte clacso, Cadernos da América Latina XV
- GERALDO, E. A lei de cotas de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. *Cad. AEL*, v.15, n. 27, p.174-209, 2009.
- GOMAESPANCE.ORG. La République Démocratique du Congo 2013 Acessado em 5 de mai.2023 .
- GUILMOTO, C. Z.; SANDRON, F. The internal dynamics of migration networks in developing countries. *Population: an English Selection*, v.13, n. 2, p. 135-164, 200.
- HAVE; BURGE. Coltan Mining in the Democratic Republic of Congo. 2003. Acesso em: 8 maio 2023.
- HELENO, M. G. B.; MARTINS, M. D. Cooperação ou dominação? A política externa do Governo Lula para a África; *Tensões mundiais*, Fortaleza, v.10, n. 18, 19, p. 125- 143 , 2014.
- IPEA. Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2011-2013. Brasília: IPEA, 2016. Acesso em 25 de maio de 2023.
- JORGE, N. R. . O Brasil e a Comunidade Lusófona na África: Relações Atuais e perspectivas de aprofundamento. In: ACIOLY, L. ; DE MORAES, R. F.(orgs) *Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília: IPEA, 2011. P. 117-127 .
- LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. Períodos e motivações da Internacionalização da Educação Superior no Brasil. 2009.

LIMA, Maria Regina S. de. A Política Externa brasileira e os desafios da Cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.48, n.1, p.24-59, jan-jun. 2005.

LEITE, Patrícia S. O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos da Política externa: os Governos Jânio Quadros/ João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília-DF: FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), 2011. 228 p.

MASSEY, D. S. Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. *Population Index*, v. 56, n. 1, p. 3-26, spring/1990.

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUA, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. Theories of International Migration: a Review and Appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466 set/1993.

MENESES, Maria Aparecida. Migrações e Mobilidades. Repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antônio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosa (orgs). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. São Paulo. Cultura Acadêmica, 2012.

MICHELETTI, P. Ajuda ou intervenção? *Le Monde diplomatique*. Brasil, ano 3, n. 32, p. 21, mar. 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Programa de estudantes-convênio de graduação. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>
Acesso em: 20 junho 2023 Manual do estudante-convênio. Divisão de temas educacionais.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Manual do estudante-convênio. Divisão de temas educacionais. 2013.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: Conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 107-124, 2006.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Ministério do Planejamento. IBGE. Rio de Janeiro, 2011.

OBSERVATÓRIO ACP DAS MIGRAÇÕES. Manual de investigação: para investigação apoiada pelo Observatório ACP das Migrações. Bélgica. 2011. Disponível em:
http://www.migration4development.org/sites/default/files/acp_obs_manual_de_invest_pt_annexos.pdf

OIM. Glossary on Migration. 2nd Edition, IML, n.25., 2011. Disponível em: Acesso em: 5 Junho 2023.

OIM. Glossário sobre Migração. n.22. 2009. Disponível em: Acesso em: 5 Junho, 2023.

PENNA FILHO, P.; LESSA, A. C. M.. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. *Revista Estudos Históricos*. v.1, n. 39, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/186> . Acesso em 15 maio. 2023.

PEREIRA, Analúcia. D. As Relações Brasil-África: do Nexo Escravista à Construção de Parcerias Estratégicas. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 5, n. 9, 19 out. 2020.

PORTAL BRASIL. Brasil amplia cooperação com países africanos. Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/11/brasil-ampliacooperao-com-paises-africanos> Acesso em 19 maio. 2023.

SECRETARZANESCO, K; SALOMÓN, M. A Cooperação Universitária para o Desenvolvimento: mais do que um rótulo. Carta Internacional, v. 8, n.1, p. 111-130, jan-jul 2013.

IA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Disponível em: Acesso em: 08 de junho de 2023.

UNESCO. Global flow of tertiary-level students. Disponível em: Acesso em: 15 de junho de 2023.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Contexto Internacional, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VISENTINI, Paulo F. A Relação Brasil-África: Prestígio, Cooperação ou Negócios? Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

VISENTINI, P. F.; RIBEIRO, L. D.; PEREIRA, A. D. História da África e dos africanos. Porto Alegre: CEBRAFRICA, 2013.

ZELINSKY, Wilbur. The hypothesis of the mobility transition. The Geographical Review, v. 61, n. 2, p. 219-249, 1971.

ANEXO 1 – ENTREVISTAS

Do total de pessoas que participaram da pesquisa, 3 desistiram (alegando motivos pessoais) logo após o agendamento das conversas, e outros 2 compareceram às entrevistas, mas não quiseram falar abertamente de suas vidas, de modo que o conteúdo de suas falas não pode ser utilizado nesta pesquisa. Percebi que eram justamente as pessoas com as quais eu não tinha contato prévio. Dessa forma, o número de participantes desta pesquisa passou a ser de 5 pessoas. Segue abaixo uma tabela com o perfil dos-congoleses PEC-G entrevistados neste trabalho.

Quadro 2 - Perfil dos congoleses entrevistados

NOME	ORIGEM DA PESSOA	IDADE	CURSO	PROFISSÃO
Mosset Deyambat	Congolês	26	Engenharia Civil	Estudante
Thec-Maci Ivane Makoso	Congolês	25	Engenharia Civil	Estudante
Alfred Mbuta Kabamba	Congolês	26	Farmácia	Estudante
Claudia Ntumba Mwamba	Congolesa	25	Arquitetura	Estudante
Brenda Luboya Mwamba	Congolesa	27	Geografia	Estudante
Jeremi Tumonakiese	Congolês	28	Gestão de Recurso Humano	Estudante
Victoria Muandi	Congolesa	30		

Fonte: Elaborado pela autora com dados das entrevistas realizadas na pesquisa.

Todas as pessoas abordadas nas conversas aceitaram prontamente participar das entrevistas. Uma das poucas dificuldades encontradas foi em relação à comunicação, uma vez que alguns congoleses só aceitavam falar em francês. Esse foi um critério de exclusão, uma vez que não domino o idioma português.

Antes de iniciar as entrevistas, optou-se inicialmente por um encontro coletivo (grupo focal). A proposta foi a de explorar aspectos mais gerais da República Democrática do Congo, como, as violações de direitos humanos, a visão dos congoleses sobre o que ocorre no país, o que pensam do atual governo; também se discutiu sobre a trajetória dos estudantes pec-g proveniente do Congo durante e após a formação acadêmica, as motivações que levaram a escolher o Brasil e por fim as oportunidades e desafios encontrados durante o processo.

A conversa foi agendada para um sábado e domingo, possibilitando a presença de mais pessoas no encontro. O local escolhido foi na Casa dos Estudantes da UFRGS, localizada na Avenida João Pessoa 41, e outras através do email. Participaram dessa conversa 5 congolese. Por se tratar de uma conversa inicial e em grupo focal (nem todos eles se conheciam), a maioria dos congolese optou por não fazer vídeo chamada, o que foi prontamente respeitado. Todos os entrevistados alegaram ter curso de graduação (completo ou não). Disseram que é muito comum no país a busca pelo ensino superior, pela qualificação profissional, sobretudo entre os homens. Cinco deles vieram da capital Kinshasa, e uma de Goma (capital de Kivu Norte).

Brenda Luboya Mwamba foi a primeira entrevistada, tem 27 anos, nascida na cidade de Kinshasa, estudante em geografia na Universidade Privada de Fortaleza. A Brenda passou grande parte de sua vida transitando entre as cidades de Butembo e Beni. Morava com seus pais e sete irmãos. Seu pai, no final dos anos 2000, por conta de questões étnicas, teve que se mudar para Lubumbashi, no extremo sul do país, na fronteira com a Zâmbia. Sua mãe e irmão permaneceram na cidade de Beni, onde iniciou a faculdade de jornalismo.

Por conta do arrefecimento dos conflitos ao norte do Congo, região em que Brenda residia e que era a porta de entrada para os conflitos no país, ela decide migrar também. Aos 22 anos, ela migra sozinha para Lubumbashi, deixando mãe e irmãos para trás, para viver com seu pai.

Instalada na nova cidade, voltou à universidade para dar andamento ao curso de jornalismo. A instabilidade no país a incomodava profundamente. Protestos contra o governo eram cada vez mais frequentes. Sendo uma jovem muito crítica às mazelas sociais e aos problemas políticos no seu país, decidiu se posicionar de maneira efetiva. Na companhia de alguns amigos, passaram a liderar um grupo de jovens estudantes de jornalismo em manifestações contra o presidente do Congo. Bastaram as primeiras manifestações para que a insatisfação de membros do governo fosse observada. Atualmente, vive em Fortaleza com uma irmã.

Sobre o Brasil, e o programa PEC-G, ela tinha poucas informações. Segundo ela, não faz mais parte do programa (PEC-G), mas gostaria de falar sobre as experiências como ex-aluna do programa. Conheceu o programa (PEC-G) através de uma amiga que estava no Brasil desde 2014, a amiga dela falou do programa (PEC-G) e do Brasil,

Graças a Deus meus passos correram bem. Escolhi o Brasil primeiro, porque segundo minha amiga, as aulas são bem dadas em relação ao meu país, segundo pelo bom testemunho da minha amiga Christelle. Vindo para o Brasil, passei por muitas complicações, primeiro no aeroporto de Marrocos e depois no aeroporto de São Paulo, onde perdi até minha pequena mala que continha meus sapatos. Eu tinha

experimentado outro problema, problema de linguagem. Eu ainda não falava português e não havia intérpretes para ajudar meus amigos e a mim com o idioma. Falando em Pec-g foi um pouco complicado para eu me adaptar, por causa do idioma, não tinha recebido o curso de idiomas, já faz quase 7 anos que não acompanho mais o pec-g, atualmente trabalho, estou noiva, normalmente eu tinha que voltar porque não tinha passado na prova de língua portuguesa para os estrangeiros (CELPE-BRAS). O idioma, mas com a ajuda de outros, me reencontrei aqui no Brasil. Pessoalmente, o Brasil que eu tinha ouvido falar é diferente do Brasil que eu encontrei. Apesar disso agradeço ao Brasil por esta oportunidade de nos permitir vir estudar, não deu certo, mas continuo grato ao Brasil. Sobre o programa pec-g tem que revisar seus termos, são muitos termos e de repente dá problemas principalmente para nós que falamos francês, como explicar que temos que aprender o idioma por 7 a 8 meses e passar em um teste, mas é demais exagerar, a falta de intérprete também nos causa problemas. Além disso, sou grato ao governo brasileiro (Mwamba, 2023).

Os seguintes entrevistados são **Mosset Deyambat** e **Thec-Maci Ivane Makoso**, são primos, são congoleses do Congo Brazzaville, chegaram ao Brasil em 12 de fevereiro de 2016, atualmente cursam engenharia civil, são alunos do PEC-G. Eles conheceram o programa através de um amigo da avó deles, mas na época já estavam fazendo as inscrições para outro país. Eles queriam estudar em outro lugar, na Europa ou na América do Norte, então eles ganharam uma bolsa para a Rússia, mas infelizmente não deu certo porque tinha muitas condições. Os primos não sabiam nada sobre o Brasil, mas sabiam um pouco sobre o futebol brasileiro. Então, depois de perderem a bolsa russa, resolveram seguir o conselho da amiga da avó sobre o Brasil, pois era a última chance, pois já haviam perdido a chance em outros países. Chegaram ao Brasil, portanto, chegaram à casa de um conhecido de sua família, que residia no Brasil (Rio de Janeiro) Para eles, o Brasil foi uma boa experiência para eles, uma boa decisão, mas o único problema deles era a língua portuguesa, ele tinha dificuldade para entender o curso nos primeiros dois anos de faculdade, tinha dificuldade para pagar a alimentação no supermercado. Mosset estava até disposto a largar tudo e voltar para seu país Congo Brazzaville. O segundo problema, eles acham difícil viver sem suas famílias, estavam tão acostumados a comer juntos, a fazer tudo em família. Eles foram agredidos aqui no Brasil, eles também experimentaram o racismo muitas vezes. Para eles também vir ao Brasil era uma forma de deixar de viver, o começo foi tão triste e complicado para os dois primos.

A sugestão deles sobre o programa é que revejam as condições, fizeram uma bolsa promissae para alunos estrangeiros do programa (PEC-G) essa bolsa é de R\$ 622,00 por mês, as condições dessa bolsa e que não ser reprovado duas vezes no mesmo curso, não ser reprovado por falta presencial (FF) , ter os documentos para ordem. Mosset acabou de perder essa bolsa, pois foi reprovado duas vezes na mesma matéria, então os dois irmãos pedem para rever essa condição, já pede que os alunos estrangeiros (PEC-G) não trabalhem, então

sem a bolsa eles não vão conseguir se sustentar. Além de todas essas sugestões, eles agradecem ao governo brasileiro, sua palavra final é que eles estão se preparando para sua formatura. Eles vão se formar ano que vem.

O terceiro entrevistado, chama-se **Alfred Mbuta Kabamba**, tem 26 anos, atualmente estuda farmácia, mas já pretende mudar de curso ano que vem, pois não gostou de estudar farmácia, é congolês de Kinshasa, veio para o Brasil em 2020, durante a pandemia. Alfred conheceu o programa (PEC-G) através de um amigo de seu pai. Alfred já tinha um diploma de médico, mas seu diploma de médico recebido no Congo, não deve ser considerado muito em outro lugar, por isso pretende mudar de curso ano que vem e refazer medicina.

Seu grande problema era antes de tudo fazer aulas de português online, dada a pandemia, então o problema da língua portuguesa, ele nunca falou português antes, então foi complicado para ele. O outro problema dele é com a bolsa promissae, o valor que ele recebe é tão pouco, ele não consegue se sustentar, mas fora isso, ele agradece a oportunidade que o Brasil lhe deu de conhecer coisas novas que ele não conhecia sabe, continua a falar deste programa aos seus familiares, amigos e conhecidos. Ele ainda está estudando, aliás pretende fazer medicina ano que vem, pois a farmácia não era o sonho dele e sim do pai.

A terceira entrevistada chama-se **Cláudia Ntumba Mwamba**, ela é congoleza de Kinshasa, tem 25 anos, estuda arquitetura, veio em fevereiro de 2019. O caso dela é diferente, ela não sabia nada sobre o programa (PEC-G), segundo ela, era presente que seu pai lhe havia oferecido após concluir seus estudos humanitários, seu pai soube do programa por um amigo que trabalhava na embaixada brasileira no Congo. Claudia sabia que tinha que viajar um mês antes da viagem. Foi uma experiência complicada para ela, deixar a família, porque ela é a mais velha dos pais, foi uma experiência difícil sair longe da família, longe do país. Ela teve grandes problemas: dificuldade com a língua e atraso na chegada, enquanto os outros estudantes já tinham começado com o CELPE-BRAS. Ela também reclama do valor de 622 que recebe da bolsa, não é suficiente, também não pode trabalhar. Ela admite que foi uma boa experiência, morar longe da família por 4 anos, a ajudou a ser responsável, a aprender a vida com seriedade, pois tem 5 irmãozinhos que contam com ela. Fora isso ela agradece, como sugestões, gostaria apenas que o programa aumentasse a bolsa promissae.

O quinto entrevistado chama-se **Jeremy Tumonakiese**, é ex-aluno do programa (PEC G) tem 28 anos, estuda em universidade particular de Pelotas, estuda na área de recursos humanos. Jeremy é congolês de Kinshasa, está no Brasil desde fevereiro de 2017, veio como aluno do programa (PEC-G). Segundo Jeremy, ele soube do programa por meio de um amigo dele que morava no Brasil desde 2014, que também era aluno do programa (PEC-G).

O problema que Jérémie encontrava era principalmente com a língua portuguesa, ele não tinha passado nesse exame de língua portuguesa, então teve que voltar para o Congo, mas seus pais então decidiram que ele tinha que ficar no Brasil, e que ele tinha que sair, estudar uma universidade particular, onde está atualmente. Teve muitas dificuldades, não só com a língua, mas também foi difícil para ele adaptar-se a esta vida longe dos pais, porque era o mais novo da família. Não foi fácil para ele começar uma nova vida longe de todos que ama, chegou aqui com 22 anos e foi uma provação difícil para ele. Ele concluiu dizendo que não pretende falar mais para ninguém sobre o programa (PEC-G), porque teve uma experiência ruim, mas continua grato ao governo brasileiro por esta oportunidade que dá aos imigrantes, principalmente congoleses.

A sexta e última entrevistada chama-se **Victoria Muandi**, ela é congolesa de Kinshasa, estudou em Curitiba, formou-se em Relações Públicas, e atualmente está em Toronto, no Canadá. Ela conta que conheceu o programa (PEC-G) através de um amigo de sua grande irmã, ela veio para o Brasil em março de 2015, e terminou sua graduação em 2020 durante a pandemia. Ela diz que foi uma boa experiência, apesar das dificuldades na língua portuguesa e no racismo. Ela também era aluna do PEC-G, Victoria diz que durante sua formação, ela só teve problema com o idioma, às vezes ela teve que gravar o curso em segredo para poder acompanhar bem depois que seu primeiro e segundo ano na universidade foram catastróficos, ninguém ajudava ela. Estava fazendo o trabalho da universidade sozinha, o programa havia dado a ela alguém para ajudar, mas foi inútil, essa pessoa nunca estava lá quando ela precisava, no segundo ano da universidade, ela havia perdido a bolsa promessa de 622, por causa de um ff (Faltas de Frequência) e desde então ela nunca mais recebeu a bolsa, então ela teve que começar a trabalhar nos finais de semana para poder ter dinheiro para sobreviver e conseguir terminar a universidade. Depois da formatura voltou ao Congo, para poder arranjar alguma coisa para fazer, ao regressar ao Congo, foi então que conheceu o noivo que hoje é seu marido, está casada hoje e tem 3 filhos. Ela diz que foi melhor voltar para o Congo do que continuar sofrendo no Brasil. Apesar de todos esses problemas, ela continua agradecida e pede melhorias para os que virão depois, porque é horrível sofrer em um país estrangeiro. Ela finaliza dizendo que nunca pretende contar a ninguém sobre o programa, pois a realidade aqui no Brasil é diferente do que pensam os congoleses.